



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

**EDUARDO DE FARIAS SANTOS**

**HISTÓRIA E MEMÓRIA ESTUDANTIL DA DITADURA: ANÁLISE DOS CENTROS CÍVICOS NA ESCOLA ESTADUAL DE CUITÉ (1977-1986)**

**CAMPINA GRANDE  
2023**

EDUARDO DE FARIAS SANTOS

**HISTÓRIA E MEMÓRIA ESTUDANTIL DA DITADURA: ANÁLISE DOS CENTROS CÍVICOS NA ESCOLA ESTADUAL DE CUITÉ (1977-1986)**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento do Curso de História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito à obtenção do título de Licenciado em História.

**Orientador:** Prof. Dr. José Adilson Filho.

**Coorientadora:** Prof. Ma. Alana de Moraes Leite.

CAMPINA GRANDE  
2024

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S237h Santos, Eduardo de Farias.  
História e memória estudantil da ditadura [manuscrito] : análise dos centros cívicos na Escola Estadual de Cuité (1977-1986) / Eduardo de Farias Santos. - 2024.  
35 p.  
  
Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2024.  
"Orientação : Prof. Dr. José Adilson Filho, Coordenação do Curso de História - CH. "  
1. História do Brasil. 2. Memória. 3. Ditadura. 4. Centros cívicos. I. Título  
  
21. ed. CDD 981.063

EDUARDO DE FARIAS SANTOS

HISTÓRIA E MEMÓRIA ESTUDANTIL DA DITADURA: ANÁLISE DOS CENTROS CÍVICOS NA ESCOLA ESTADUAL DE CUITÉ (1977-1986)

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado a/ao Coordenação /Departamento do Curso de História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito à obtenção do título de Licenciado em História.

Aprovada em: 25/03/2024.

**BANCA EXAMINADORA**



Prof. Dr. José Adilson Filho (Orientador)  
Universidade Estadual da Paraíba - UEPB

Documento assinado digitalmente



ALANA DE MORAES LEITE

Data: 16/05/2024 14:40:41-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Me. Alana de Moraes Leite (Coorientadora)  
Universidade Federal Rural de Pernambuco (Doutorado)

Documento assinado digitalmente



NOEMIA DAYANA DE OLIVEIRA

Data: 16/05/2024 20:05:18-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dra. Noêmia Dayana de Oliveira  
Universidade Estadual da Paraíba - UEPB

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>2</b>	<b>ENTRE HISTÓRIA E MEMÓRIA: POR UMA MEMÓRIA ATIVA DA DITADURA.....</b>	<b>7</b>
<b>3</b>	<b>A ESCOLA ESTADUAL DE 1º E 2º GRAUS DE CUITÉ NOS TEMPOS DA DITADURA.....</b>	<b>12</b>
<b>3.1</b>	<b>A cidade de Cuité e os anseios pela implantação do 1º e 2º Graus.Expansão é sinônimo de qualidade?.....</b>	<b>12</b>
<b>3.2</b>	<b>A Repressão das ideias por meio da Educação Moral e Cívica.....</b>	<b>15</b>
<b>4</b>	<b>AS MEMÓRIAS DOS CENTROS CÍVICOS NA ESCOLA ESTADUAL DE CUITÉ.....</b>	<b>19</b>
<b>4.1</b>	<b>Da implantação a Transição.....</b>	<b>19</b>
<b>4.2</b>	<b>O Jornal “O Estopim”.....</b>	<b>27</b>
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>31</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>33</b>

## HISTÓRIA E MEMÓRIA ESTUDANTIL DA DITADURA: ANÁLISE DOS CENTROS CÍVICOS NA ESCOLA ESTADUAL DE CUITÉ (1977-1986)

Eduardo de Farias Santos

### RESUMO

Muito já se discutiu acerca da Ditadura Civil-Militar brasileira, que ficou marcada na história do Brasil como um momento traumático, legando marcas dolorosas na memória daqueles que vivenciaram a opressão, tortura, censura e perseguições. Em contrapartida, ainda há muitas possibilidades de pesquisa, principalmente quando direcionamos nossos olhares para outros espaços além das grandes capitais de nosso país. Neste artigo, abordaremos a História e Memória da Escola Estadual de Cuité entre os anos 1977 e 1986, a partir da análise da atuação dos estudantes no Centro Cívico Escolar. A escola teve sua fundação durante o período da Ditadura Civil-Militar, a problemática da pesquisa é compreender os impactos deste regime autoritário na educação, com o enfoque na Educação Moral e Cívica, utilizando como fontes as memórias de estudantes participantes do Centro Cívico Escolar e de um ex-diretor da Escola Estadual de Cuité, de modo a analisar as percepções dos sujeitos sobre a suas vivências durante o período, investigando como os mecanismos de controle ideológico e repressão penetraram os muros da instituição e como isso refletiu na realidade educacional do município. Abordando também um momento de repressão vivenciado pelo ex-diretor e por estudantes que estiveram envolvidos na divulgação de um jornal chamado “O Estopim”. Nossa pesquisa contou com uma abordagem qualitativa, amparada na metodologia da História Oral.

**Palavras-Chave:** História. Memória. Ditadura. Centros Cívicos.

### ABSTRACT

Much has already been discussed about the Brazilian Civil-Military Dictatorship, which was marked in the history of Brazil as a traumatic moment, leaving painful marks in the memory of those who experienced oppression, torture, censorship and persecution. On the other hand, there are still many research possibilities, especially when we direct our gaze to other spaces beyond the major capitals of our country. In this article, we will address the History and Memory of the state school in the of Cuite between 1977 and 1986, based on the analysis of the students' activities at the School Civic Center. The school was founded during the period of the Civil-Military Dictatorship, the research problem is to understand the impacts of this authoritarian regime on education, with a focus on Moral and Civic Education, using as sources the memories of students participating in the Civic Center student and a former director of the State School of Cuite, in order to analyze the subjects' perceptions of their experiences during the period, investigating how the mechanisms of ideological control and repression penetrated the walls of the institution and how this reflected in the educational reality of the municipality. Also addressing a moment of repression experienced by the former director and students who were involved in the dissemination of a newspaper called “O Estopim”. Our research used a qualitative approach, supported by the Oral History methodology.

**Keywords:** History. Memory. Dictatorship. Civic Centers.

## 1 INTRODUÇÃO

O Golpe Civil-militar de 31 de março de 1964 abriu as portas para o início de um Estado de exceção no Brasil, extremamente violento, legitimado por setores da sociedade que estavam tomados pelo discurso anticomunista e via as reformas de base pretendidas pelo presidente João Goulart como ameaça. Sem dúvidas o período compreendido entre 1964 e 1985 ficou marcado na história do Brasil como um momento que possui características traumáticas, legando marcas dolorosas na memória daqueles que vivenciaram a opressão, tortura, censura, perseguições e tudo o que caracterizou o autoritarismo da Ditadura Civil-Militar. Muito já se discutiu acerca desse contexto a nível nacional, em contrapartida ainda há muitas possibilidades de pesquisa, principalmente quando direcionamos nossos olhares para outros espaços além das grandes capitais de nosso país.

Neste sentido, esta pesquisa atravessa a história local do município de Cuité, no interior da Paraíba, buscando através de Memórias relacionadas a Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Cuité<sup>1</sup>, popularmente conhecida como “Estadual”, entender as marcas do autoritarismo da ditadura sobre a educação no Brasil e sobre a classe estudantil nos pequenos municípios, distantes dos grandes centros. O ponto de partida para discutir alguns marcos importantes envolvendo a escola são os livros locais “Nossa terra, nossa gente: tópicos históricos sobre o município de Cuité-PB”, organizado pelo Grupo de Apoio ao Patrimônio Cuiteense, e “Cuité em detalhes”, de autoria de José Pereira Sobrinho.

O colégio teve sua fundação durante o regime autoritário o que nos leva ao objetivo geral desta pesquisa que é compreender os impactos da Ditadura Civil-Militar no contexto educacional da cidade de Cuité-PB, a partir da história e memória dos Centros Cívicos da Escola Estadual de Cuité entre 1977 e 1986, para isso elencamos três objetivos específicos: entender as relações entre história e memória e as possibilidades para a construção de uma história da Ditadura Civil-Militar brasileira em um nível de história local; compreender os impactos da ditadura na área da educação, principalmente através da instauração da Educação Moral e Cívica enquanto disciplina e prática educativa estimulada dentro e fora da sala de aula e como estes aspectos podem ser observados na história da educação do município de Cuité-PB, a partir do uso das memórias enquanto fontes históricas; por fim buscamos analisar as memórias acerca dos Centros Cívicos da Escola Estadual de Cuité entre os anos de 1977 e 1986, relacionando com as repressões e tentativa de controle ideológico sobre a classe estudantil, revelando a pretensão de estender a Educação Moral e Cívica para além da sala de aula.

Nosso trabalho se mostra relevante por analisarmos a criação do Centro Cívico Escolar, seus objetivos, como ele está inserido dentro das políticas educacionais da ditadura e quais as relações com a atuação do movimento estudantil do período. É importante questionarmos até que ponto esses Centros Cívicos agiam conforme as suas finalidades oficiais e se os estudantes encontravam brechas para realizar atividades que confrontassem o regime vigente.

Um momento traumático que merece atenção envolvendo o Estadual, e que merece ser alvo de problematização para que se superem os traumas desse passado silenciado, envolveu um ex-diretor e alguns estudantes da primeira gestão do Centro Cívico em conjunto com estudantes de outras instituições. No documentário OVS-Juntando as peças da sua história, o ex-diretor, ao falar sobre a experiência na gestão da escola nas décadas de 1970 e 1980, se referiu

---

<sup>1</sup> Denominação da escola na década de 1970 e 1980. Atualmente denomina-se Escola Estadual Cidadã Integral Orlando Venâncio dos Santos.

a ditadura militar como uma época da qual não sente saudades. Relatou um episódio que ocorreu quando chegou na escola e foi abordado por três indivíduos.

Ao chegarem para a sala da diretoria, um dos três revelou que eles eram da Polícia Federal. Estavam ali devido a uma denúncia de que o diretor da escola estava ajudando um grupo de estudantes a produzir e divulgar um jornal não autorizado pelo governo. Ele revela no documentário que no período de férias, um grupo de estudantes da cidade de Cuité, que não eram do Estadual, chegaram até ele com a proposta de produzirem um jornal, o qual deram nome de “O Estopim”. Logo o fizeram e passaram a distribuí-lo com ajuda da escola. Acontece que alguém os denunciou e a Polícia Federal se dirigiu até o Colégio e mantiveram o gestor da escola detido em sua sala por horas, pressionando-o a delatar todos os estudantes envolvidos para que fossem presos. O educador relata sobre as horas de angústia e de medo, receoso de abrirem as gavetas de sua sala e encontrarem cópias e mais cópias do jornal, quando ele dizia não ter nenhuma.

Os jornais foram queimados e até hoje ninguém conseguiu encontrar uma cópia, mas conseguimos acesso ao jornal através das memórias dos envolvidos no evento, tais memórias não garantem acesso fidedigno ao “Estopim”, mas nos permitem acessar esse passado por meio de impressões e leituras que os sujeitos envolvidos no processo relatam acerca do evento. A polícia veio determinada a prender os estudantes, o que ficou marcado na memória como uma demonstração da força e do poder militar da época.

Diante disso, para este artigo buscamos empreender uma discussão sobre história e memória para se falar sobre a Ditadura Civil-Militar brasileira e traçar discussões sobre as políticas educacionais na ditadura, problematizar a criação e o funcionamento dos Centros Cívicos e abordar a história e memória da Escola Estadual de Cuité diante deste contexto. Adotamos uma abordagem qualitativa, amparada na metodologia da História oral e na perspectiva da entrevista enquanto documento-monumento a partir de Jacques LeGoff. Foram realizadas 5 entrevistas semiestruturadas com: estudantes da escola que participaram do Centro Cívico Escolar entre 1977 e 1986; Estudantes que estiveram envolvidos na distribuição do jornal “O Estopim”; O ex-diretor da escola do ano de 1977, envolvido no caso do jornal e responsável pela implantação dos Centros Cívicos.

Os entrevistados foram contatados por telefone, e o instrumento utilizado para a realização das entrevistas foi o gravador de áudio e vídeo do celular. Algumas entrevistas foram marcadas de forma presencial, enquanto outras foram realizadas de forma online pelo Google Meet, tendo sua gravação a partir das ferramentas do computador. Ressaltamos que o nosso projeto de pesquisa foi apreciado e aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Estadual da Paraíba e seguindo as recomendações éticas, ocultamos os nomes dos indivíduos entrevistados, iremos nos referir aos entrevistados como “diretor” e “estudantes”. Além das entrevistas realizadas, utilizamos como fonte o Documentário OVS – Juntando as peças da sua história e também uma entrevista com um estudante envolvido na organização o jornal “O Estopim” realizada e cedida pelo historiador Victor da Rocha Silva Junior, vindo a somar com o desenvolvimento deste trabalho. Também buscamos o arquivo da escola para encontrar atas, registros ou alguma citação aos Centros Cívicos, mas tais documentos não foram conservados, foram queimados segundo relatos de funcionários da escola. O que nos causa preocupação quanto ao descaso existente na conservação de documentos que poderiam vir a se tornar importantes fontes de pesquisa.

Em um primeiro momento, falamos sobre a relação entre história e memória, apontando suas diferenças e discutindo a importância da história oral para a produção historiográfica sobre



o período ditatorial e também a importância de construirmos uma memória ativa, como preconizou Márcio Seligmann-Silva, sobre o período. Em seguida apresentamos um tópico discutindo aspectos da educação durante a ditadura, buscamos dados acerca da fundação da Escola Estadual de Cuité e as políticas de implantação dos Centros Cívicos Escolares. Por fim, analisamos as memórias sobre os centros cívicos e sobre o jornal O Estopim, de forma a culminar essa discussão sobre história e memória da Ditadura na cidade de Cuité a partir das memórias sobre o Colégio Estadual, entendendo que este trabalho não se encerra por aqui, deixando ainda algumas lacunas e abrindo possibilidades para outras perguntas e problematizações.

## **2 ENTRE HISTÓRIA E MEMÓRIA: POR UMA MEMÓRIA ATIVA DA DITADURA**

Trabalhar com entrevistas enquanto fontes históricas é um grande desafio, as memórias dos sujeitos através de seus testemunhos eram encaradas com desconfiança pela historiografia tradicional que considerava como fontes históricas apenas documentos oficiais, escritos, deixando de lado uma ampla variedade de outras fontes, sob o pressuposto de serem subjetivas e não servirem para os historiadores, que deveriam buscar uma verdade universal e objetiva, de modo a trazer maior sustentação a ciência História em formação no século XIX.

Entretanto, a partir das correntes historiográficas do século XX, novas fontes passaram a ser consideradas para a escrita da História, dentre elas as fontes orais e as memórias, objeto deste artigo. Diante disso, cabe discutirmos a noção de documento-monumento conforme nos apresenta o historiador Jacques Le Goff. A partir de sua visão, todo documento é monumento e vice-versa, pois seguindo o princípio de que o “monumento” é uma construção subjetiva, com intenção de perpassar uma determinada memória a posteridade, ou seja, um produto de determinada sociedade, assim também é o “documento”, este não é neutro e puramente objetivo, também é fruto de uma construção. Deste modo, a ideia de documento-monumento é muito importante a historiografia e proporcionou uma nova forma de olhar para as fontes históricas. Segundo Jacques LeGoff:

A concepção do documento/monumento é, pois, independente da revolução documental e entre os seus objetivos está o de evitar que esta revolução necessária se transforme num derivativo e desvie o historiador do seu dever principal: a crítica do documento – qualquer que ele seja – enquanto monumento. O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (LeGoff, 1990, p. 545).

Para trabalhar com o uso de entrevistas é indispensável refletir sobre essa noção de documento-monumento. As entrevistas são elaboradas, construídas, mas tornam-se documentos a partir do momento que nós enquanto historiadores empreendemos a crítica e as transformamos em fontes, para isso é preciso nos apropriarmos também das discussões sobre a história oral.

Partindo da premissa que trabalharemos com memórias de um passado que ainda se faz presente, com testemunhos de um período autoritário em que a repressão era a regra do Estado, observamos que a memória desse passado sempre retorna ao espaço público de discussão, demonstrando que ainda impacta fortemente o nosso presente. Ou seja, esse passado não foi amplamente estudado e trabalhado enquanto história pública no Brasil. Buscamos nosso aporte teórico na História do Tempo Presente para lidar com a discussão sobre a Ditadura Civil-Militar. Diante disto, nos cabe refletir: seria possível estudar a história de nosso próprio tempo?

Segundo Motta, em seus primeiros anos este campo da historiografia era alvo de desconfianças por parte dos próprios historiadores,

“[...] pois escrever sobre o presente é escrever sobre si mesmo, ou melhor, sobre a leitura que você tem daquilo que observa, suas escolhas, suas lembranças e seus esquecimentos. A história do tempo presente estaria contaminada pelo próprio historiador com seus conceitos e preconceitos” (Motta, 2012, p. 31).

De fato, o historiador do tempo presente não tem o distanciamento temporal, outrora necessário, entretanto tem que se comprometer com um distanciamento ético, “precisamos nos manter vigilantes, lidando com nossos preconceitos e manejando com muito cuidado nossas posições políticas no diálogo com nosso trabalho científico” (Motta, 2012, p. 35). A história oral anda em conjunto com a história do tempo presente, trabalha com memórias de indivíduos que ainda estão vivos e não são objetos da pesquisa, mas sujeitos, inclusive alguns compartilhando de memórias traumáticas. Da mesma forma, a história oral também foi vista com receio em seus anos iniciais justamente pelo caráter de subjetividade que se atribuía as entrevistas, segundo Verena Alberti:

No início, grande parte das críticas que o método sofreu dizia respeito justamente às "distorções" da memória, ao fato de não se poder confiar no relato do entrevistado, carregado de subjetividade. Hoje considera-se que a análise dessas "distorções" pode levar à melhor compreensão dos valores coletivos e das próprias ações de um grupo. É de acordo com o que se pensa que ocorreu no passado que se tomarão determinadas decisões no presente [...] (Alberti, 2008, p. 166-167).

Diante disto, é preciso ter em mente a diferença entre memória e história, embora facilmente confundidos aos olhares desatentos, os dois conceitos são distintos, Durval Muniz de Albuquerque Júnior chega a dizer que é preciso “Violar memórias” para “gestar a história”, já no título de seu artigo disponível na coletânea “História - A arte de Inventar o passado: ensaios de teoria da história”.

Para Albuquerque Júnior (2019), é necessário que se problematize as memórias, que não as considerem um discurso mais próximo da “verdade histórica” que vai bater de frente com a “história oficial”. É preciso evitar usar os depoimentos como simples reforço do argumento do historiador ou como discurso de verdade em si. Albuquerque Júnior chama atenção para os níveis de memória. A “memória involuntária” que seriam as reminiscências e a “memória voluntária” correspondente a lembrança, a recomposição do passado, uma recordação consciente feita no presente, é a organização dos fragmentos do passado de forma a ter um sentido, uma coerência, uma linearidade.

Ainda segundo Albuquerque Júnior, as memórias possuem uma dimensão afetiva, ligada às emoções relacionadas a cada recordação, e imaginativa no momento que “[...] operam a invenção, o desejo, a fantasia” (Albuquerque Júnior, 2019, p. 231). Enquanto a memória empreende a construção de um passado linear e coerente para o presente, é importante destacar, segundo Motta (2012) que a história é feita no sentido inverso. A história busca as discontinuidades, as mudanças, o afastamento da linearidade. A história promove reflexão, crítica, distanciamento, inclusive objetiva “denunciar e investigar os elementos que foram sublimados ou mesmo ignorados pela memória” (Motta, 2012, p. 25).

A memória possui um poder importante na constituição da identidade de um grupo, na forma como os indivíduos se veem como parte de um determinado coletivo e não de outro. As memórias são fontes históricas que permitem identificar o que e como tem sido lembrado, identificando as convergências e contradições, “[...] os elos que ligam certos grupos e afastam

outros. Enquanto fontes históricas elas merecem passar por uma análise crítica, capaz de desconstruir memórias consagradas por um coletivo” (Motta, 2012, p. 26).

A memória é marcada pela lembrança, mas também pelo esquecimento. Ambos não são escolhas puramente individuais, conforme elenca Motta (2012), mas também fruto do coletivo. É de suma importância estar atento a compreender o que está sendo esquecido e o porquê ao se fazer uma história do tempo presente (Pollack, 1989). É preciso perceber, portanto, o caráter seletivo das memórias, que também é responsável por selecionar o que será legado ao esquecimento. Segundo Fernando Catroga:

Por conseguinte, ela não é um armazém que, por acumulação, recolha todos os acontecimentos vividos por cada indivíduo, um mero registro; mas é retenção afetiva e “quente” do passado feita dentro da tensão tridimensional do tempo. E os elos com o esquecimento obrigam a que somente se possa recordar partes do passado (Catroga, 2001, p. 20-21).

Mas é preciso ressaltar que o esquecimento é necessário, é humanamente impossível lembrar de tudo, o esquecimento torna a memória possível, mas é preciso estar atento ao que Motta chama de “projetos de esquecimento”, aquilo que deve ser silenciado para não pôr em questão a identidade de um determinado grupo. Neste ponto, o trabalho com a história oral nos leva a refletir sobre a seletividade da memória, sobre o que é lembrado e o que é silenciado. Para Verena Alberti a história oral “[...] pode mostrar como a constituição da memória é objeto de contínua negociação. A memória é essencial a um grupo porque está atrelada à construção de sua identidade” (Alberti, 2008, p. 166-167). Sobre as reflexões quanto a seletividade da memória, é importante o historiador ter em mente os questionamentos: “quem quer que esqueça o quê, e por quê?” (Menezes, 1992, p. 16 *apud* Motta, 2012, p. 28). Segundo Catroga:

Sabe-se que, devido às solicitações do presente, parte deste pode ainda vir a ser recordado, mas a memória estará sempre ameaçada pela amnésia, permanente direito de portagem que a anamnese tem de pagar ao esquecimento (Catroga, 2001, p. 22).

Mesmo estando atentos aos esquecimentos e silenciamentos, não se pode cair na armadilha de considerar que as memórias são mentiras, segundo Motta:

Se dissermos que a memória retira do passado alguns fatos e os escolhe para responder às demandas do presente, isto significa afirmar que elas não são meras fantasias, mas sim lembranças especiais, comemoradas como tais e que guardam um elo, ainda que linear – como já sabemos – com um passado idealizado (Motta, 2012, p. 29).

Portanto, podemos notar como o ofício do historiador é complexo, possui métodos próprios, além disso, necessita de aprovação dos pares, uma escrita própria, a história envolve o trabalho com cruzamento de fontes, promove embates entre diferentes perspectivas sobre um mesmo indício, é um processo de constante problematização, processo de lançar perguntas às fontes, uma fuga das certezas.

Feitas as devidas análises sobre o trabalho com a memória e os testemunhos orais e reconhecendo a possibilidade e importância de trabalhar com eles, é necessário reconhecer finalmente o problema com o excesso de fontes primárias, que pode dificultar a análise histórica, por isso a importância de o historiador estabelecer uma relação muito íntima com seu objeto de estudo, construir uma importante “erudição factual e historiográfica, única forma de filtrar o documento, questioná-lo logo na primeira leitura, sobretudo se ele expõe algo próximo às expectativas do historiador” (Motta, 2019, p. 32).

Mas essa inundação de fontes, também implica um inevitável estímulo ao historiador, se abrem diversas portas de entrada para a pesquisa, o que demonstra que a História do Tempo Presente, sendo tão desafiadora, é também repleta de possibilidades, como também impossibilidades. No caso da nossa pesquisa, nos deparamos com as possibilidades de se refletir sobre aspectos da Ditadura Civil-Militar em uma pequena cidade no interior da Paraíba, onde para o senso comum as marcas da ditadura não teriam chegado. Nossa pretensão é apontar para o contrário, mesmo não havendo casos marcados de violência física, o legado da repressão, ainda que invisível aos olhares superficiais, esteve presente e continua se fazendo presente nas memórias daqueles que vivenciaram o período.

Ao escolhermos entender o funcionamento dos Centros Cívicos Escolares, suas aproximações e distanciamentos com o movimento estudantil organizado e identificado com a esquerda, nos deparamos com uma impossibilidade: a ausência de documentos oficiais no arquivo da Escola Estadual de Cuité relacionados às atividades desses Centros. Por isso escolhemos trabalhar com as memórias dos sujeitos enquanto principal fonte para construção da nossa pesquisa, não de forma a glorificar o passado ou cristalizar essas memórias como uma verdade absoluta, mas encarando-as não apenas enquanto relatos, mas também resíduos do passado, como aponta Verena Alberti: “podemos dizer que uma entrevista de História oral é, ao mesmo tempo, um relato de ações passadas e um resíduo de ações desencadeadas na própria entrevista” (Alberti, 2008, p. 169). Essas memórias nos permitem entender como os sujeitos rememoram e interpretam esse evento no presente. Esse é o objetivo do trabalho, não buscar o factual nas lembranças, mas sim como sujeitos comuns interpretam sua história vivida. Um aspecto que as fontes tradicionais, primárias, não podem nos mostrar. Dessa forma, entendemos a importância da História Oral enquanto metodologia para a construção de uma história múltipla, segundo Alberti (2008) ampliando as possibilidades de interpretação do passado.

Para discutir o contexto da ditadura no âmbito da história e memória, encontramos as contribuições de Marcos Napolitano (2014), que nos leva a uma reflexão de como a sociedade lida com as memórias da ditadura, considerando que é um evento traumático da nossa história recente, alvo de uma disputa de memórias de setores antagônicos da sociedade. Carlos Fico (2012) oferece mais um suporte teórico para a pesquisa envolvendo ditadura militar, em seu artigo “História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis o caso brasileiro” afirma:

Não se trata de abrir mão das explicações plurais, mas de se perceber que os eventos traumáticos possuem esse caráter “interminável” justamente em função de sua constante reelaboração através das memórias. Portanto, a memória dos eventos traumáticos integra inelutavelmente o esforço de construção do conhecimento histórico sobre tais processos. Ao contrário do que possa parecer em um primeiro momento, não se trata de uma contraposição entre memória e história: no caso da História do Tempo Presente, trata-se de uma imbricação constituinte (Fico, 2012, p. 48).

Portanto, ao falarmos sobre a Ditadura Civil-Militar, devemos entender a relação entre História e Memória, pois ambas estão interligadas. É preciso elaborarmos a Memória deste passado, para que se superem seus traumas e para que possamos construir uma história capaz de nos fazer refletir sobre a construção de uma sociedade democrática em que o diálogo e o respeito às instituições e aos direitos humanos estejam garantidos e que sua violação seja sempre repudiada e combatida. E quando se fala em trauma da ditadura, Napolitano (2014) afirma que este também é histórico, ao fim da ditadura ninguém queria associar-se ao golpe ou ao regime, os setores envolvidos em sua instauração e manutenção queria eximir-se de suas responsabilidades, e a forma como se deu a transição garantiu isso:

A transição brasileira foi longa, tutelada por militares, com grande controle sobre o sistema político, apesar do desgaste de anos ocupando o poder de Estado. Foi altamente institucionalizada na forma de leis e salvaguardas. Foi negociada, ainda que as partes fossem assimétricas, posto que os civis liberais e moderados foram ganhando um espaço paulatino no sistema político até voltarem ao Poder Executivo federal em 1985. Além do mais, a hegemonia liberal e moderada, nesse processo, neutralizou as demandas por justiça da esquerda atingida diretamente pela repressão (Napolitano, 2014, p. 323).

O Brasil não promoveu um acerto de contas imediato com seu passado ditatorial de forma a fazer justiça, a transição da ditadura para a nova democracia se deu acompanhada pelos militares, foi negociada, tutelada. Ainda conforme Napolitano (2014), a Lei de Anistia garantiu que os militares responsáveis por diversos crimes de violações aos direitos humanos não fossem punidos, pois a cada pressão para que tais crimes fossem apurados “a resposta dos militares, na reserva e na ativa, é a mesma: houve uma Lei de Anistia que ‘perdoou’ os crimes da esquerda e da repressão” (Napolitano, 2014, p. 325). Entretanto, não há como dizer que as condições para cada lado estavam equilibradas, a busca por justiça foi abafada em nome da transição, mas isso legou para o Brasil consequências, como o surgimento de grupos políticos que relativizaram o golpe e inclusive agiam em memória dos torturadores, como observamos nas eleições de 2018 em que o país elegeu um presidente que sem nenhum remorso evocou a memória do General Ustra, responsável pela tortura a ex-presidenta Dilma Rousseff. Portanto, nas palavras do historiador Seligman-Silva (2022) “é preciso mostrar o horror que foi a ditadura” para que casos como esse não sejam naturalizados.

Para garantir uma verdadeira experiência democrática fazia-se necessário o acerto de contas com os crimes e abusos desse passado, mas as políticas de memória relacionadas à Ditadura brasileira não foram tão firmes, dado o caráter conciliatório que discutimos. Ao longo das décadas seguintes ao fim da ditadura tivemos algumas iniciativas de expor seus crimes. Apenas no ano de 2012 foi instaurada uma Comissão Nacional da Verdade (CNV) para trazer à tona os crimes cometidos durante a ditadura, abrindo os arquivos dos órgãos de repressão e valendo-se dos testemunhos orais para se produzir uma história oficial sobre o período, porém sem a pretensão e a possibilidade de realizar punições ou fazer justiça, tendo em vista a Lei da Anistia.

Mas o trabalho da CNV, finalizado em 2014, não encerra a necessidade de elaboração de uma memória da ditadura. Ao entregar o relatório final, a CNV fez uma série de recomendações a serem realizadas pelo Governo Brasileiro. Porém, a elaboração dessa memória foi afetada por acontecimentos da nossa história recente, tais como o golpe de 2016 e um governo de ultradireita apoiador da Ditadura, que mais uma vez dificultou o processo de elaboração do nosso passado ditatorial.

A memória é constantemente elaborada a partir do presente, assim como a história sempre tem novas perguntas a realizar ao passado a partir de diversas problemáticas. Diante disso, tomamos emprestado o termo “memória ativa”, utilizado pelo historiador Márcio Seligmann-Silva:

O termo “memória ativa” tem uma inspiração argentina. [...] Memória ativa é uma memória voltada para a construção de uma sociedade na qual o passado se presentifica e transforma o presente. Não se trata de um passado musealizado, engessado, mas de um passado que nos permite construir novas paisagens de atividade política. É isso que a nossa sociedade necessita urgentemente (Seligmann-Silva, 2022).

A elaboração de uma memória ativa da ditadura remete a necessidade de se expor as crueldades do período, presentificar o passado e buscar construir uma sociedade que não repita suas faces autoritárias, para que se possa evitar a retomada do autoritarismo e a ascensão do fascismo em nossos tempos.

Diante disso, trazemos um estudo sobre as memórias de indivíduos de uma cidade pequena e apontamos para a necessidade de falarmos sobre como a ditadura chegou em cidades de interior, como a cidade de Cuité-PB, entendendo a educação escolar como um meio de controle ideológico e de repressão. Diante disso, pensar as memórias estudantis durante o período militar é contribuir para a elaboração de uma memória ativa sobre o período, analisando a repressão através da educação para evidenciar como a ditadura deixou marcas profundas em todo o Brasil, marcas que chegam ao presente.

### **3 A ESCOLA ESTADUAL DE 1º E 2º GRAUS DE CUITÉ NOS TEMPOS DA DITADURA**

#### **3.1 A cidade de Cuité e os anseios pela implantação do 1º e 2º Graus. Expansão é sinônimo de qualidade?**

O município de Cuité está localizado na microrregião do Curimataú ocidental, no estado da Paraíba. Segundo Marques, Araújo e Gomes (2020) o nome da cidade é devido ao fruto de uma árvore chamada “coitezeira”, usada pelos povos indígenas que habitavam o território. “No dialeto indígena, *cuy* quer dizer vasilha e *éter* significa grande, real ou ilustre” (Marques, Araújo e Gomes, 2020, p. 14). Considera-se 17 de julho de 1768 como a data oficial de fundação da cidade, quando Caetano Dantas realizou uma doação dessa terra à igreja católica, portanto é uma cidade que tem pouco mais de 250 anos de fundação. Quanto a política local, a cidade de Cuité é marcada pela disputa de poder entre famílias que se constituíram historicamente como grandes proprietárias de terra e assim consolidaram sua influência e poder político sobre o município, formando oligarquias e dominando o cenário político da cidade, assim como observamos em outras cidades de interior no Nordeste.

Segundo Valesca Cavalcanti (2019), quatro famílias formavam essa elite política da cidade, sendo elas da Costa Pereira, Venâncio dos Santos, Fonseca, Furtado e Simões e dominaram desde o final do século XIX até o início do século XXI o poder político da cidade, podemos inferir isso a partir do quadro de prefeitos da cidade e também nos nomes homenageados em grande parte dos espaços públicos, o sobrenome Venâncio dos Santos está presente, atualmente, na denominação oficial da instituição alvo de nosso trabalho<sup>2</sup>.

A criação da escola se deu do ano de 1970, dentro do período da Ditadura Civil-Militar, tanto é possível como de extrema importância, analisarmos aspectos da escola que sofreram impacto direto da situação política que vivia o país, nos levando a pensar como a Ditadura legou marcas em todos os cantos do Brasil, inclusive em pequenas cidades, adentrando até mesmo nos muros das escolas. No caso da Escola Estadual de Cuité, não apenas a Ditadura chegou aos seus muros, como foi a Ditadura que os construiu. Segundo Lima, Pereira Sobrinho e Araújo (2020) no ano de 1968 “foi solicitado do Governo a implantação de uma escola pública com o

---

<sup>2</sup> A Escola que a partir da década de 1990 passou a receber o nome de Orlando Venâncio dos Santos – importante figura política da cidade na segunda metade do século XX, que além de ter sido prefeito da cidade, era diretor de uma escola privada chamada Instituto América.

ginásio, e depois de algumas considerações e negociações, decidiram pela doação do terreno do Instituto América” (Lima; Pereira Sobrinho; Araújo, 2020, p. 198).

Utilizaremos “Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Cuité” para se referir a escola por ser a denominação oficial que foi adotada durante o recorte que tratamos no trabalho (1977-1979). Quanto às leis relativas a seu funcionamento e respectivas denominações estamos amparados nos trabalhos de Pereira Sobrinho:

A Lei 5.125 de 09 de outubro de 1970, publicada no Diário Oficial do Estado da Paraíba de 13 de outubro do mesmo ano, do então Governador João Agripino Filho, cria o Ginásio Estadual de Cuité. Suas atividades escolares tiveram início no mês de março de 1971, oferecendo as quatro séries do antigo ginásio. Em 1976, passou-se a denominar-se de Colégio Estadual de Cuité. Em 1977, por determinação do Governador Ivan Bechara, cria-se o Ensino de 2º Grau. [...] Com a lei 5.692/71 da LDB passa a denominar-se de Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Cuité. (Pereira Sobrinho, 2008, p. 18).

Percebemos que seus primeiros anos de funcionamento coincidem com a reforma do 1º e 2º Graus promovida na década de 1970. Embora esteja disponível na escola o Decreto assinado pelo governador Ivan Bichara, no ano de 1976, criando o 2º Grau, através da entrevista com o diretor da escola que teve suas atividades entre 1977 e 1980, temos acesso a uma narrativa sobre os caminhos tortuosos que foram trilhados para a efetivação do 2º grau na escola, que apontam que sua oficialização só aconteceu após um ano que já tinha sido implantado. Segundo ele:

Eu vim certo de que oficialmente estava implantado o ensino médio. Aí cheguei, organizei a escola pra começar... é... Duas turmas, era noturno, não tinha diurno, só tinha condições de colocarmos noturno. Porque nós tínhamos alunos de Jaçanã, Coronel, Barra de Santa Rosa, Cuité e Santa Luzia, já município de Picuí e só tinham condição de vir a noite. Aí sim, começamos com essas duas turmas. Os professores, na época, a maioria não eram qualificados. É bom lembrar que naquela época você pegava um juiz, um padre, um advogado, um dentista, um médico, entendeu? Pra lecionar. No segundo ano foi que, numa das viagens que eu fui para João Pessoa, me chamaram... a inspetoria me chamou: “olhe, procure rever a criação do 2º Grau de Cuité” (que hoje é o ensino médio) “que não tem nada oficial”, e eu disse: “Tem... o governador foi lá numa época política, que era anseio da comunidade e ele assinou um decreto”, e ela disse “não tem nada” e realmente não tinha nada. E eu fui correr contra o tempo pra poder conseguir autorização pra poder... é... a primeira turma ser legalizada. Resultado, depois eu soube que o governador veio aqui pra Cuité, numa época política ele perguntou qual era o maior anseio da comunidade e disseram “É o ensino de 2º Grau, o ensino médio”, e botaram uma mesa em cima do palanque e pegaram uma folha em branco e ele... e o locutor: “O governador está assinando o decreto de criação do ensino médio”. (Ex-diretor, Entrevista concedida ao autor, 2023)

Independente de assegurar a veracidade do relato e a precisão das datas, esse trecho revela a percepção que o ex-diretor tem do evento que vivenciou, as dificuldades que recorda ter passado. Embora as memórias possam passar por um processo de “falseamento” – na medida em que recordamos algum fato, podemos acabar distorcendo alguns elementos – isso não retira a possibilidade de se ter a memória enquanto fonte histórica. Por isso, conforme Janaína Amado, é importante realizar uma distinção:

entre o vivido e o recordado, entre a experiência e memória, entre o que se passou e o que se recorda daquilo que se passou. [...] O vivido remete à ação, a concretude, às experiências de um indivíduo ou grupo social. A prática constitui o substrato da memória; esta, por meio de mecanismos variados, seleciona e reelabora componentes da experiência. (Amado, p. 131, 1995).

O que temos acesso através das entrevistas, não é o passado como realmente aconteceu, mas as percepções dos sujeitos acerca desse passado a partir de suas diversas vivências, de suas associações com outras épocas e outros contextos.

A partir desse primeiro trecho do relato, somos levados a um ponto importante para darmos seguimento às discussões sobre a educação durante a Ditadura, que se refere a formação dos professores da escola. Grande parte dos professores não eram formados nas disciplinas específicas, eram outros profissionais, que pelo “notório saber” estavam possibilitados para dar aulas. De fato, não havia pretensão de uma formação cidadã, nem possibilidade de uma multiplicidade pedagógica, bastava um professor que repassasse os conhecimentos previstos no currículo e que o aluno decorasse e reproduzisse o que estava apresentado nos materiais didáticos, quando estes estavam disponíveis, outro problema a ser destacado: a falta de materiais didáticos para todos. Segundo o ex-diretor, só havia livros para aqueles que comprassem.

Mais do que garantir os recursos necessários para promover uma educação de qualidade que acompanhasse a pretendida expansão do ensino público, os militares estavam preocupados com o controle ideológico sobre a educação. A reforma do ensino foi realizada de modo a adequar a educação aos moldes do governo militar, que prezava por uma pedagogia tecnicista aliada a Teoria do Capital Humano, que desconsiderava o ensino crítico e reflexivo sobre a realidade, ignorando completamente a formação cidadã em detrimento da formação para o trabalho. Segundo Karina Clécia da Silva Guilherme (2011), a reforma do 2º grau estava marcada pela:

[...] relação entre educação e trabalho no 2º grau. Esse nível de ensino visava a profissionalização dos estudantes. Adotou-se uma proposta utilitarista, baseada na teoria do capital humano. A educação, nesse âmbito de ensino, estava subordinada a produção, devendo qualificar para o trabalho [...] (Guilherme, 2011, p. 47).

A escola deveria formar mão-de-obra para o mercado e assim colaborar para o desenvolvimento do país dentro da lógica capitalista. Segundo Auristela Rodrigues dos Santos (2018):

O tecnicismo pedagógico sofre influência da Teoria do Capital Humano (TCH), em que tal teoria entende que a função social da escola constitui-se em formar para o emprego. Essa perspectiva da educação corroborou para a expansão da educação no século XX e influenciou diretamente as políticas educacionais (Santos, 2018, p. 66).

A partir dessa concepção apresentada por Auristela Rodrigues dos Santos, entendemos que o modelo de educação proposto estava pautado a serviço do capitalismo, e não levava em consideração as desigualdades sociais, dando margem inclusive ao discurso da “meritocracia”. Segundo Santos, “[...] a teoria ao sustentar essa posição mascara as desigualdades e responsabiliza o indivíduo pelo possível fracasso e ascensão não alcançada” (Santos, 2018, p. 66). Portanto, mesmo que estejamos falando de um período de expansão das escolas públicas, o enfrentamento às desigualdades e a garantia de um ensino de qualidade não era prioridade, se for tomarmos uma formação humanística e voltada para a autonomia dos cidadãos diante da sociedade como sinônimo de qualidade. Para Guilherme (2011), “Houve, no período, uma significativa expansão do ensino, mas a formação escolar pública continuou a ser de segunda categoria” (Guilherme, 2011, p. 48). A partir daí, trazemos outro trecho da entrevista com o ex-Diretor da escola:

Eu fico muito triste quando eu faço um comparativo da época que você não tinha livros, que você não tinha quadra de esportes, que você não tinha alimentação e você não tinha água nem pra beber, que o governo não mandava nem um centavo, de você conseguir resultados, entendeu? Eu fico assim muito preocupado. [...] Naquela época



... você tinha estudantes muito carentes, a maioria... Não que hoje não tenha, tem, entendeu? Mas você via um brilho, você via sonhos. [...] E eu lutei muito pela merenda escolar, principalmente pra noite. Porque eu sabia que a noite era em peso o pessoal da Zona Rural. E quando eu consegui, nos primeiros meses, era proibido a alimentação para o aluno do ensino médio, era só para o aluno do ensino fundamental. E como é que de noite, eu tinha uma faixa de quase 500 alunos, a noite... eram lotadas as salas. Era muito difícil uma sala com 35, eram 45, 50 [alunos], entendeu? E tá lá na fila um aluno do ensino médio e eu tirar esse aluno, por que não podia? E eu fui denunciado! Fui... Inclusive a secretaria da educação, que era irmã do governador Burity, ela disse: “Não pode, diretor!... Isso dá cadeia”, e eu disse “Mande me prender”. Agora, eu chegar na fila e puxar pelo braço um aluno que tá atrás de um copo de suco e um pão?! Era o que mais podia oferecer, as vezes um copo de leite daquele que vinha até dos Estados Unidos, que os sacos era tudo petrificado, que eu não sei como não tinha tanta diarreia na época. Vinha uma, hoje você é muito chique... Era uma... um tipo de arroz... uma coisa insossa, mas era alimento. E eu “não... enquanto tiver alimentação eu dou, a senhora pode mandar tirar”. Eu não tinha medo de perder a direção. (EX-DIRETOR, entrevista concedida ao autor, 2023)

Tomamos como ponto de partida para a análise desse trecho, a percepção de que as memórias estão sempre sendo elaboradas a partir do presente. Nos relatos do ex-diretor, mesmo empreendendo uma crítica ao período ditatorial e denunciando as dificuldades enfrentadas pela escola, sobretudo pela falta de recursos, ao elaborar um comparativo passado e presente, ele empreende uma idealização do passado, comparando o comportamento dos estudantes no presente marcado pelo desinteresse e retorna a um passado de muitas dificuldades, em que “o brilho nos olhos” e a força de vontade as superavam. As entrevistas segundo Amado, em sua essência possuem uma dimensão simbólica, que é extremamente importante que os historiadores conheçam e entendam como parte da história, e esta dimensão simbólica:

[...] não lança luz diretamente sobre os fatos, mas permite aos historiadores rastrear as trajetórias inconscientes das lembranças e associações de lembranças; permite portanto, compreender os diversos significados que os indivíduos e grupos sociais conferem às experiências que têm. (Amado, p.135, 1995).

A todo momento, ao voltar-se para o passado, ele também revela o quanto sua fala está amparada no presente. Outro aspecto importante que vale ressaltar é a denúncia das dificuldades enfrentadas, falta de livros, falta de estrutura para atividades esportivas e principalmente a falta de merenda. Esta que quando chegou à escola, era restrita apenas ao 1º grau, levando o diretor a complicações no momento em que permitia que estudantes do 2º grau permanecessem na fila. Concordamos com Guilherme, quando esta aponta para o caráter excludente do ensino: “A reforma do 2º grau, assim como a do 1º grau, assumiu uma prática excludente e discriminatória, contrariando a proposta inicial da Lei 5692/71, que era combater a desigualdade e promover a democracia” (Guilherme, 2011, p. 47).

A partir daqui, adentramos em um aspecto mais específico sobre a educação, a implantação da Educação Moral e Cívica e como esta relaciona-se com os Centros Cívicos Escolares, que por sua vez pretendiam juntar os estudantes e conter sua participação política, distanciando-os dos Movimentos Estudantis.

### **3.2 A Repressão das ideias por meio da Educação Moral e Cívica**

A Ditadura Civil-Militar estimulou a repressão contra diversos setores da sociedade que se colocavam contrários a configuração política instaurada após a suposta “revolução” como era promovida pelos golpistas. Dentre os movimentos sociais perseguidos e reprimidos,

destaca-se o movimento estudantil, que na década de 1960 se mostrou bastante engajado nas lutas por melhorias na educação e demais áreas da sociedade. Não por acaso, uma das primeiras ações da ditadura, ainda no dia 31 de março de 1964, foi o ataque à sede da União Nacional dos Estudantes, fato que demonstra a perseguição da ditadura ao Movimento Estudantil organizado.

Quando pensamos sobre a repressão realizada no período, principalmente aos estudantes e a educação como um todo, não nos limitamos apenas a olhar para o aspecto da violência física, sobretudo policial. É possível identificar um outro tipo de repressão, disfarçada, perpetuada através da pretensão de dominar as ideias dos sujeitos, buscando eliminar qualquer possibilidade de pensamento de oposição a ideologia dos militares e dos apoiadores do regime. Auristela Lopes dos Santos em sua dissertação sobre a reforma de 2º grau realizada na ditadura cita que o autoritarismo militar também empreendeu “uma espécie de “violência silenciosa” no sentido de que a ideologia do contexto tratou de dominar e reprimir qualquer pensamento ou ação que não se moldassem às restrições político-econômicas do Estado Civil-Militar” (Santos, 2018, p. 26). A partir desta perspectiva, entendemos que a educação era um meio onde se revelava essa “violência silenciosa”, sobretudo na instauração da disciplina de Educação Moral e Cívica e criação dos Centros Cívicos Escolares em substituição aos Grêmios Estudantis. Segundo Souza:

A disciplina Educação Moral e Cívica (EMC), imposta em todos os graus e modalidades de ensino básico do Brasil, foi um dos modos do governo ditatorial de usar a educação para propagar a sua ideologia autoritária composta por civismo, patriotismo, para efetivar a doutrinação política dos estudantes e consolidar cada vez mais o poder militar. E para promover maior divulgação e fortalecimento dos ensinamentos da EMC, foram criados Centros Cívicos nas instituições escolares brasileiras, além disso, muitas propagandas políticas e educativas foram criadas e veiculadas com esse intuito. (Souza, 2021, p. 112)

Sobre a trajetória da EMC, identificamos a partir de nossas leituras que é uma disciplina que surge junto com as ditaduras, estava presente no Estado Novo de Vargas, foi dissolvida e com a Ditadura Civil-Militar, retorna, inicialmente como prática educativa e depois como disciplina obrigatória. E sua organização enquanto disciplina e a obrigatoriedade nas escolas se fortalece após o AI-5, como aponta Cunha e Goes (2002):

Baixado o AI-5 em dezembro de 1968 e deposto o vice-presidente Pedro Aleixo, em setembro do ano seguinte a Junta Militar que ocupou a Presidência da República deixou um decreto-lei (nº869) resultante de um grupo de trabalho da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, determinando que a disciplina educação moral e cívica deveria, *obrigatoriamente*, integrar os currículos escolares de todos os graus e modalidades de ensino do país”. (Cunha e Goes, 2002, p. 73)

Antes de 1969, portanto, percebemos que ainda havia uma resistência à disciplinarização de Moral e Cívica. Após o AI-5, com o endurecimento da ditadura, se antes havia possibilidades de alguns membros de órgãos relacionados à Educação se oporem à implantação da disciplina, as barreiras foram completamente derrubadas. A partir de 1969 os caminhos para a implantação de Moral e Cívica foram escancarados:

Foi nesse contexto que se criou a Educação Moral e Cívica (EMC) como disciplina e prática educativa a ser implantada em todas as instituições de ensino do Brasil e em todos os níveis e modalidades, através do Decreto nº 869, de 12 de setembro de 1969. Um órgão nacional foi gestado a partir desse decreto, com o objetivo precípuo de fazer valer o que nele constava; desse modo, a Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC) foi criada no Brasil no ano de 1969, no período do governo Médici, auge do governo militar. [...] Regulamentada pelo Decreto nº 68.065, de 14 de janeiro de 1971,

apresentava a EMC como disciplina e prática educativa de caráter obrigatório [...]. Assim, buscava-se controlar as emoções das pessoas, principalmente dos jovens, cuja principal característica seria a do questionamento e contestação da ordem vigente. (Gondim e Costa, 2019, p.155).

E a disciplina não poderia faltar no currículo da Escola Estadual de Cuité. Ao ser questionado sobre os impactos da educação deixados pela ditadura, o ex-diretor entrevistado dá ênfase ao autoritarismo e remete as disciplinas de Educação Moral e Cívica e OSPB:

Com autoritarismo, muito autoritarismo. Olhe, pra você ter uma ideia, foi implantado... é... duas disciplinas: Educação Moral e Cívica e OSPB<sup>3</sup>. Era obrigado. [...] O professor, você tinha que mandar o perfil do professor e ele tinha que ter um atestado de conduta, fornecido pelo delegado de polícia da cidade. E de dois em dois meses, três em três meses, eu tinha que mandar uma declaração que o professor tava exercendo as funções bem bonitinhas, sem alterar... que não participava de movimentos esquerdistas, essas coisas assim, pronto! E ainda, aí surge os Centros Cívicos. Então, qual é a forma? Criar as disciplinas e botar o Centro Cívico, que tinha uma coordenação que chamava COMOCI<sup>4</sup>, o CO era de Comissão, o MO de Moral e CI, Cívica. Então, Comissão de Moral e Cívica. Então, o que você recebia... o diretor recebia de orientação era pra todo dia tocar... cantar o hino nacional, o aluno aprender o hino nacional, o hino da bandeira, o hino da independência, fazer reverência às autoridades... (EX-DIRETOR, entrevista concedida ao autor, 2023).

Percebemos a importância atribuída à disciplina e o cuidado com a escolha do professor, sendo garantido que ele não tivesse qualquer inclinação para à esquerda, para que não houvesse nenhum desvio dos objetivos da EMC. Percebemos já a menção aos Centros Cívicos como forma de fortalecer ainda mais a doutrina de Moral e Civismo. Está presente ainda na fala do ex-diretor algumas características que marcam o ambiente escolar do período, e que se mantiveram presentes por um período depois da redemocratização, tais como: a organização para cantar o hino nacional, características que, muitas vezes, é lembrada no imaginário popular como um exemplo da “ordem” que existia durante à ditadura.

Por meio de uma educação alinhada aos interesses e princípios ideológicos do governo, buscava-se distanciar os jovens das reflexões críticas envolvendo a situação política brasileira e desenvolver um sentimento ufanista, patriótico e negação do envolvimento com movimentos contestatórios da ordem vigente, por mais que fosse improvável controlar os posicionamentos de todos os estudantes, essa era a pretensão da educação e era evidente nas legislações que tratavam de Moral e Civismo nas escolas. Cunha e Goes (2002) apontam para um caráter fascista presentes nas entrelinhas da implantação do Moral e Civismo: “Em suma, o ensino da moral e do civismo teria por lema Deus, Pátria e Família, como a doutrina do integralismo, o fascismo brasileiro explícito dos anos 30” (Cunha e Goes, 2002, p. 77). Segundo Maryana Gonçalves Souza, reprimia-se a criticidade dos estudantes, buscando formá-los a partir da “ideologia defendida pelos militares, que formariam, quase sempre, cidadãos padronizados: ufanistas, defensores do regime militar, obedientes a este e dotados de obrigações morais e cívicas” (Souza, 2021, p. 70). Nesta mesma linha de pensamento, Santos (2018) afirma que:

<sup>3</sup> Sigla da disciplina Organização Social e Política do Brasil.

<sup>4</sup>Foi determinado que cada Estado formasse uma COMOCI, sigla para Coordenação de Educação Moral e Cívica, de acordo com o Decreto-Lei nº68.065 de 1971: “Os Estados e Territórios da União, bem como o Distrito Federal, poderão organizar uma Coordenação de Educação Moral e Cívica (COMOCI), com a finalidade de promover, incentivar e orientar a prática educativa nos estabelecimentos de ensino dos três níveis, de sua responsabilidade, em todos os seus aspectos. As atividades da COMOCI na coordenação dos Centros Cívicos deverão inspirar-se nas prescrições do Art. 3º” (Brasil, 1971).

A política educacional proposta pelos militares durante a ditadura civil-militar estava envolvida pela negação da criticidade e do questionamento, numa proposta em que a ideologia que afrontasse os padrões de exigências dos governos militares seria banida, consubstanciando-se todo um ideário representativo de legitimidade na disciplina Educação Moral e Cívica (Santos, 2018, p. 27)

Na tentativa de criar uma nova mentalidade estudantil que proporcionasse um distanciamento entre juventude e política, e impedisse o engajamento de novas gerações de estudantes com as ideias do movimento estudantil de esquerda. Segundo Cunha e Goes, quanto a Moral e Cívica: “O papel da nova disciplina seria preencher o ‘vácuo ideológico’ deixado na mente dos jovens, para que não fosse preenchido pelas ‘insinuações materialistas e esquerdistas’” (Cunha e Goes, 2002, p.72).

E como perpetuar ainda mais a ideologia da Educação Moral e Cívica? Além da disciplina integrada ao currículo obrigatório, a nível de atividade extraclasse “foram criados Centros Cívicos nas instituições escolares brasileiras [...]”. (Souza, 2021, p. 112). Esses Centros foram criados tanto no ensino básico como superior:

Em 7 de fevereiro de 1972, foram publicadas no Diário Oficial da União as diretrizes para a instauração de Centros Cívicos Escolares (CCE) e Centros Superiores de Civismo (CSC), elaboradas pela CNMC; embora tenham sido questionadas, os fundamentos para a criação dos centros constavam já no Decreto-lei nº 68.065, de 1971 (Gondim e Costa, 2019, p.157).

Foram criados esses espaços justamente para proporcionar aos jovens possibilidade de reunião e realização de atividades coletivas de forma supervisionada. A legislação base para a criação dos CCEs foi o Decreto-lei nº68.065, de 14 de janeiro de 1971, mais especificamente os artigos 31, 32 e 33<sup>5</sup>, a partir dos quais foram elaboradas as diretrizes publicadas em fevereiro de 1972 e homologadas em 1973. Organizavam-se enquanto “entidade de representação dos interesses dos(as) alunos(as), mas com a vigilância e participação direta do diretor da escola” (Gondim e Costa, 2019, p.157). Não havia possibilidade para uma autonomia real para os

---

<sup>5</sup> Art. 32. Nos estabelecimentos de qualquer nível de ensino, públicos e particulares, será estimulada a criação de Centro Cívico, o qual funcionará sob a assistência de um orientador, elemento docente designado pelo Diretor do estabelecimento, e com a diretoria eleita pelos alunos, destinado à centralização, no âmbito escolar, e à irradicação, na comunidade local, das atividades de Educação Moral e Cívica, e à cooperação na formação ou aperfeiçoamento do caráter do educando.

§ 1º As chapas concorrentes às funções da diretoria deverão ser submetidas à aprovação prévia do diretor do estabelecimento.

§ 2º Os Centros Cívicos deverão:

a) considerar o civismo, nos três aspectos fundamentais: caráter, com base na moral, tendo fonte Deus nos termos do Preâmbulo da Constituição do Brasil; amor à Pátria e às suas tradições, com capacidade de renúncia; ação intensa e permanente em benefício do Brasil;

b) projetar-se sobre as atividades de classe e extraclasse enumeradas no Art. 31 e seu parágrafo único;

c) elaborar o Código de Honra do Aluno, nos níveis primário e médio, e o Código de Honra do Universitário, no nível superior.

d) Empregar modernos processos didáticos de comunicação e explorar o desejo natural do educando de realizar novas experiências;

§ 3º Serão membros dos Centros Cívicos, em caráter facultativo, alunos e professores do estabelecimento.

§ 4º Nos estabelecimentos dos níveis primário e médio, o Centro será designado Cívico Escolar (CCE); nos de nível superior, Superior de Civismo (CSC).

§ 5º Os Estados e Territórios da União, bem como o Distrito Federal, poderão organizar uma Coordenação de Educação Moral e Cívica (COMOCI), com a finalidade de promover, incentivar e orientar a prática educativa nos estabelecimentos de ensino dos três níveis, de sua responsabilidade, em todos os seus aspectos. As atividades da COMOCI na coordenação dos Centros Cívicos deverão inspirar-se nas prescrições do Art. 3º.

Art. 33. A CNMC baixará diretrizes fixando as finalidades e encargos do CCE e CSC, bem como as prescrições necessárias ao seu funcionamento em todas as unidades da Federação. (Brasil, 1971).

alunos, como teria o Grêmio Estudantil. Reunia-se os estudantes nesta entidade sob uma ilusão de reprodução de uma pequena democracia na escola, enquanto fora dos muros a realidade era autoritarismo, ditadura e ausência de participação cidadã na política. A partir daqui, partimos para a análise sobre as memórias dos Centros Cívicos Escolares na Escola Estadual de 1º e 2º graus de Cuité.

#### **4 AS MEMÓRIAS DOS CENTROS CÍVICOS NA ESCOLA ESTADUAL DE CUITÉ**

Antes de prosseguirmos, faz-se necessário, algumas considerações sobre os entrevistados, além do ex-diretor, temos a estudante 1 que foi a primeira presidente do Centro Cívico, permanecendo até 1979, a estudante 2, sua irmã que também fez parte da primeira direção do Centro Cívico, o estudante 3 fez parte de um das diretorias sucessoras já na década de 1980, o estudante 4 fez parte das últimas gerações do Centro Cívico, entre 1985 e 1986 já no período de transição, sendo o último presidente, revelando uma experiência diferente dos demais e o estudante 5, irmão das estudantes 1 e 2 e envolvido na elaboração do Jornal “O Estopim”.

##### **4.1 Da implantação a Transição**

Os Centros Cívicos na Escola Estadual de Cuité passaram a existir entre 1977 e 1978, segundo os relatos dos entrevistados. Seis anos após o decreto-Lei que determinava seu funcionamento nas escolas. Nas entrevistas esta data varia, alguns dizem que começou em 1978, outros em 1977 e um diz que foi em 1976. Embora haja algumas discordâncias relacionadas a datas, os significados e as percepções de cada um acerca de suas vivências nos levam a muitas reflexões.

Ao analisar os relatos de memórias dos indivíduos, o primeiro ponto a se destacar são as eleições, que eram realizadas para escolher a equipe diretora. Para isso, seguiam os moldes de eleições, com urnas fornecidas pela Justiça, os estudantes também contavam com títulos confeccionados por eles mesmos, bem como realizavam comícios para apresentarem os componentes e suas ideias. Tudo, para simular um ambiente democrático e pacífico:

O [diretor] montou e aí teve a eleição e nós fomos os escolhidos para fazer campanha. Aí se fazia comício dentro do colégio. [...] Na nossa só foi nós, agora no outro ano teve concorrência. Eu sei que nós foi quem fizemos os títulos estudantis, todo estudante tinha seu título, sabe? Era um titulozinho, como se você votasse, com sua foto, com tudo. (Estudante 1, entrevista concedida ao autor, 2023)

Olhe, as eleições eram excelentes. Pra lá de democráticas (risos), embora que a gente ainda tivesse vivendo, né... na ditadura. Eu lembro bem que tinha um título, né?! Cada aluno tinha seu título, as eleições... havia os comícios, as palestras. (Estudante 2, entrevista concedida ao autor, 2023)

É uma eleição típica dessas de interior mesmo, né? Havia uma... a questão do uso de urnas. A questão do comício, essa questão de trazer os eleitores. Tinha tudo. Tinha títulos, tinha tudo. Pessoal se alistava. (Estudante 3, entrevista concedida ao autor, 2023)

Entendemos que no primeiro momento formou-se apenas uma chapa, porém no segundo período de eleições formaram-se duas, que são referidos como dois partidos e assim permaneceu até o encerramento dos CCEs, os dois partidos eram denominados “Trabalho” e “Progresso”. Então, criava-se todo um clima de período eleitoral, com campanhas e disputas

polarizadas entre os dois lados. Tendo sido a chapa do “Trabalho”, a primeira a eleger sua diretoria, vencendo também a disputa seguinte, sendo sucedido na eleição seguinte pelo “Progresso”:

Era o Trabalho e o Progresso, eram os dois partidos e um dos precursores do Progresso [...]. Eu não sei se ainda está vivo [...]. Eles vieram fazer um comício no dia de tarde, foi liberado tudinho para a gente assistir o comício e aquele comício me empolgou. E quando eu vi a empolgação do comício e tava todo mundo ali, aí me chamaram para cima do palanque e aí deram um microfone para mim. [...] Fui fazer o discurso, aí pronto. Daí em diante, todo tipo de discurso eu fui chamado, foi daí que surgiu a aproximação. Já no ano seguinte eu fui candidato a orador justamente por essa situação, desse laço que se criou. Toda vida eu fiz parte do Progresso, o Trabalho foi quem ganhou da primeira vez. (Estudante 3, entrevista concedida ao autor, 2023)

Agora era um palanque só para os dois partidos, que era ordem e progresso, [...] e tinha tantos minutos para um, tantos minutos para outro. Na maior amizade, não tinha nada de briga. (Estudante 2, entrevista concedida ao autor, 2023).

Inclusive era interessante, os partidos eram Trabalho e Progresso. E tinha o período eleitoral, como tem na justiça comum. Como ele era juiz, então, as urnas, tudo que eu queria da justiça eleitoral, o juiz autorizava porque ele sabia que vinha pra lá. Nós fazíamos os comícios, aí era cada um... depois de nove horas da noite... um partido falava, aí descia, o outro subia. Essa questão... E graças a Deus eu me sinto realizado. (Ex-diretor, entrevista concedida ao autor, 2023).

Eu acho que um deles era Progresso e eu não me recordo o outro. Sempre só eram duas chapas, né? Uma eu me recordo que era Progresso, mas o outro não tá vindo na memória, já faz bastante tempo, né? (Estudante 4, entrevista concedida ao autor, 2023)

A Estudante 2 afirmou que os partidos eram “Ordem” e “Progresso”, o que se revelou um equívoco quando identificamos que os outros entrevistados afirmam que o primeiro era denominado “Trabalho”, que inclusive era o partido da referida estudante. Porém, quando consideramos que os Centros Cívicos estão dentro do contexto da Educação Moral e Cívica, em que há uma supervalorização dos símbolos da pátria, sobretudo a bandeira com seu lema estampado, foi uma confusão que contém um certo sentido. Em um primeiro momento, a entrevistada pode não ter acertado o nome de um dos partidos, mas ela reforçou o quanto os Centros Cívicos estavam ligados ao estímulo de um sentimento ufanista, de exaltação e culto à pátria e seus símbolos. Não por acaso, a Semana que envolve o Desfile da Independência do Brasil aparece nos relatos como um momento de intensa mobilização dos estudantes da escola, liderados pelo CCE:

O Centro Cívico na época dava apoio a todo o colégio. Criamos a banda marcial, foi o Centro Cívico que criou. Nós que confeccionamos chapéu, tudo era a gente. [...] Na semana pra o 7 de setembro, que era uma semana de vigília, era uma semana a gente dentro do Estadual, trabalhando para o desfile, mas era o estudante. Isso era o [diretor] que convidava e todo mundo ia, sabe? (Estudante 1, entrevista concedida ao autor, 2023).

[Na Semana da Pátria] Atuava muito, porque era aquela coisa, era o catalizador de levar o pessoal, de passar convocando. Quem passava nas salas era o Centro Cívico, dizendo vai ter isso, vai ter aquilo, tal. As campanhas pra organizar, pra coordenar tudinho, quem vai no desfile aqui, quem vai aqui, era tudo feito pelo Centro Cívico. (Estudante 3, entrevista concedida ao autor, 2023).

Esse grande foco na Semana da Pátria demonstra a questão de incutir o espírito patriótico, revela o caráter ufanista presente na Educação Moral e Cívica. E toda essa organização do

desfile e o ritual envolvendo as atividades relativas à semana da Pátria, como mobilizar os estudantes para cantar o hino, a reverência e o hasteamento da bandeira perduraram, são marcas que a Ditadura deixou e que perduraram após seu fim e permaneceu na memória de muitos como sua herança, o legado de um tempo em que se tinha respeito pela ordem. O que nos mostra a importância de problematizarmos e elaborarmos essa memória, para que os tempos de Ditadura não sejam tornados em sinônimo de respeito a nação e seus símbolos, pois temos exemplos recentes na História do Brasil dos elementos nacionais tendo sido sequestrados pelo bolsonarismo em apologia a Ditadura, como um passado idealizado que precisaria voltar e criando uma separação entre aqueles que seriam os verdadeiros defensores do Brasil “Pátria Amada” e os outros, os inimigos da nação, “comunistas”, “esquerdistas”.

Além da Semana da Pátria, ao longo do ano o CCE também realizava outras atividades. A partir dos relatos, percebemos que eram principalmente atividades recreativas, ligadas a organização de festividades, através das quais se poderia arrecadar dinheiro para o próprio Centro e para a escola:

Tudo que o colégio precisava, nós estávamos presente, né? Festa do aluno, festa... Tudo, enfim, né? Toda festa junina, tudo era a gente que organizava. Assim, e a gente fazia as partes sociais também na cidade, pro povo até... (Estudante 1, entrevista concedida ao autor, 2023).

Também adquiriram uma sala da escola, que foi cedida pelo diretor após uma reivindicação dos estudantes, para servir como sede, esta que era garantida pelas próprias diretrizes oficiais<sup>6</sup>. Esta sala, além de servir para reuniões oficiais do CCE, também funcionava como sala de jogos, onde promoviam campeonatos e se tornava um espaço de lazer aos finais de semana. A estudante 2 atribui ao CCE, um significado positivo neste sentido, de promover esse espaço de lazer aos jovens em um tempo que não havia muitos recursos:

Ah... O Centro Cívico tinha uma coisa muito boa, né? É... a gente tem que fazer um paralelo com o hoje, né? As televisões eram pouquíssimas, em Cuité. Você contava as casas que tem televisão. Então não se tinha muita ocupação em relação a lazer, mas então o que é que a escola fazia? Abria no final de semana, né? A escola era aberta, voluntariamente as pessoas iam... Justamente para jogos. O Centro Cívico que o aluno pagava uma taxa simbólica, né? E essa taxa era revertida em jogos, então, tênis de mesa, dama, gamão, xadrez, dominó. Final de semana todo mundo já sabia, sábado, o domingo principalmente, mas já no sábado muitos alunos iam pra escola porque sabiam que lá tinha jogos, e a diretoria [do Centro Cívico Escolar] ficava junto com o diretor que era [...] na época do... do... dos Centros Cívicos. E também tinha vôlei, também jogavam vôlei. Então, essa era a atividade de lazer que praticamente Cuité tinha pra estudantada... (Estudante 2, entrevista concedida ao autor, 2023).

Percebemos aqui a importância da escola enquanto um espaço de socialização, a cidade de Cuité não possuía uma grande variedade de espaços para a juventude, então a escola servia neste sentido como um ponto de encontro, de socialização, um local onde a juventude poderia se reunir também nos finais de semana para se divertir, ter momentos de lazer, socializar, esse é um aspecto importante que a escola possuía, de integrar os jovens.

O estudante 3, remete a essa mesma questão das funções recreativas do CCE, mas já empreendendo uma crítica a ausência de um espaço que promovesse discussões políticas, que servisse para desenvolver o senso crítico e politizado dos jovens. Nesse sentido em seu relato

---

<sup>6</sup> Entre as diretrizes publicadas no Diário Oficial da União de 07 de fevereiro de 1972 está a determinação da sede: “5. Da Sede - O Diretor do estabelecimento enviará todos os esforços para que o Centro Cívico tenha sede adequada à sua elevada participação na formação da alma coletiva da unidade escolar.” (BRASIL, 1972).

empreende uma comparação entre aquilo que realizava em seu tempo no Centro, e as atividades promovidas por estudantes que vieram posteriormente, já contando com o Grêmio Estudantil formado na escola após o período militar. Nesse outro contexto, os estudantes já tinham uma maior consciência política e maior liberdade para tratarem questões que anos antes não tinham possibilidade, nem eram estimulados a isso. Desta forma, percebemos neste relato quando o sujeito apresenta suas experiências passadas, acaba evocando também comparações com outros períodos e também avaliando suas próprias experiências a partir da mentalidade que tem no momento presente:

Era muita a questão de recreação, né? Era por exemplo, campeonato de Ping Pong, campeonato de dama, de dominó, de gamão. Era muito recreativo, não tinha, por exemplo, uma coisa que hoje seria fundamental, um clube de leitura, um clube de debates sobre isso, sobre aquilo. Existiu depois, é tanto que depois que a gente saiu, quando volta aí em 1987, 1988, houve na constituição, a gente já tinha um grêmio, um pessoal mais arejado. Houve, por exemplo, discussão de pena de morte, eles conseguiram trazer algum elemento que tinha de discussão dentro da constituição dentro pra o colégio, como pena de morte, parlamentarismo e presidencialismo. Mas já adiante, era um grêmio muito mais amadurecido, muito mais trabalhado em questões políticas propriamente do que era se eu me reportar ao meu tempo, o que não era do meu tempo, né? No meu tempo foi mais a questão da recreação pura e simples. (Estudante 3, entrevista concedida ao autor, 2023).

Nessa entrevista fica evidente o fato das memórias revelarem percepções do passado, o entrevistado recorda aquele período e a partir de todo o conhecimento que adquiriu ao longo de sua vida e de outras vivências que possui, faz uma avaliação daquele passado que reelabora no momento presente e faz críticas a ele, não porque na época já tinha aquela percepção, mas porque ao voltar ao passado a partir de sua cabeça no presente, faz conexões que o seu eu do passado não poderia fazer, como comparar as ações do Centro Cívico ao Grêmio Estudantil posterior. Os comentários desse entrevistado remetem ao período de atuação do estudante 4. Em seu contexto, o Centro Cívico já estava promovendo atividades que fugiam daquilo que era sua proposta e caminhando para sua dissolução para formarem enfim um Grêmio Livre:

Com o tempo, foi que a gente foi, mesmo antes de 86 a gente já foi modificando um pouco, trazendo alguns informativos que chamava... Isso mais em 86 mesmo, a gente começou a convidar palestrantes pra falar, começamos a trazer artigos que falavam sobre direitos sociais, de liberdade, pois ainda estávamos em um período recente do final da ditadura, então foi aonde passamos a trazer propostas um pouco diferente do que seriam só recreativas pra escola. (Estudante 4, entrevista concedida ao autor, 2023).

Identificamos a partir do relato do Estudante 4 que ao ter suas vivências já no contexto da reabertura, o Centro Cívico ganhou um novo significado, como a mentalidade estudantil já era diferente, mais aberta, o CCE já adquiriu um caráter mais próximo dos Movimentos Estudantis, o que não era possível anos antes, quando ainda estavam sobre a Ditadura Civil-Militar.

Voltando então para o final da década de 1970, sobre as ações realizadas, foi muito evidenciado o quanto os estudantes eram unidos e se mobilizaram em prol de melhorias para a escola, inclusive realizando pinturas, limpeza e até a construção de uma cisterna, sobretudo no relato do ex-diretor e das estudantes 1 e 2. No relato das estudantes 1 e 2, também é evidenciado as atividades em prol da comunidade:

A gente fazia tudo, como a gente fazia: pronto, hoje nós vamos para o Eucalipto fazer uma limpeza no muro das pessoas, aí ia toda a parte do Centro Cívico e fazia toda aquelas limpezas, tirar aqueles lixos...fazia ação Comunitária, se fazia lanche. Sempre



os domingos de manhã era ações do Centro Cívico, sabe? (Estudante 1, entrevista concedida ao autor, 2023).

[...] E a questão do social, sempre se fazia a arrecadação de... de alimentos. Eu lembro de uma ação que nós fizemos no Eucalipto, que hoje é Bairro das Graças, que foi a distribuição de pães, agora a época, assim o período eu não tô... não sei se era próximo a semana santa. (Estudante 2, entrevista concedida ao autor, 2023).

Porém quando chegamos ao relato do estudante 3, já não foi citado esse tipo de ação, apenas as questões relacionadas à recreação, atividades e campeonatos de jogos, como observados nos trechos anteriores:

Só escola, daí um defeito grande. Não havia participação com a sociedade. Era eminentemente dentro do colégio e pronto. (Estudante 3, entrevista concedida ao autor, 2023).

Até então, quanto aos jovens que atuaram no Centro Cívico antes de 1985, não foi citado nenhuma possibilidade de haver discussões políticas ou o desenvolvimento de qualquer tipo de consciência sobre a situação do país. Quanto à consciência de estarem vivendo sob uma ditadura, os entrevistados responderam que não, porque não entendiam e na escola não havia espaço para estimular tais discussões, não havia espaço para se falar de política na escola, nem desenvolver uma personalidade questionadora, aqui cabe ressaltarmos que essa ausência em si, já era um tipo de política, com a finalidade de manter os jovens distantes de qualquer movimento de oposição. Com as entidades estudantis livres postas na ilegalidade, os Centros Cívicos foram criados como espaços para que se desenvolvesse uma participação política policiada, sob o controle dos órgãos reguladores criados pela Ditadura Civil-Militar, daí a ausência de discussões políticas no que se refere a pensar criticamente a sociedade brasileira, mas se fosse para falar sobre “revolução” de 1964 não haveria obstáculos:

Não, assim... A gente sabia que eram os militares [no poder], mas ninguém falava em ditadura não, a realidade é essa. Não se falava em ditadura assim, os militares é que governa. A gente via é claro, algumas coisas que era deles, a questão do 7 de setembro que era obrigação de você... tudo bem o desfile... mas tinha aquela coisa, você não podia fazer um desfile temático, vamos dizer assim, que hoje você faz. Mas não podia, tinha que ser aquela coisa, bem... Só que a gente não questionava, nem perguntava o porquê. (Estudante 2, entrevista concedida ao autor, 2023)

Não, tinha não. Nós não tínhamos a dimensão, como se diz, enquanto estudante, de compreender o mundo exterior, de saber o que estava passando, do que estava acontecendo. Era muito limitado, muito limitado mesmo, uma limitação, o estudante era muito passivo, muito, como se diz... posso dizer alienado, uma palavra muito pesada, coisa e tal. Era alienado pra aquele momento ali, não fazia muita indagação, não fazia muita pergunta do que tava se passando. (Estudante 3, entrevista concedida ao autor, 2023).

Inclusive em momentos alguns entrevistados citaram “revolução” para se referir ao golpe de 1964, não porque são apoiadores, mas porque era esse o termo que tinham contato no período, e o uso dessa palavra não foi por acaso, a própria Ditadura precisou criar sua narrativa para legitimar sua perpetuação, não se podia falar em golpe, a narrativa oficial era de que houve uma “revolução” e era essa a visão perpetuada pelas aulas de Moral e Cívica:

Olhe, é... Não, a gente não tinha essa visão de críticas, apesar de que o seguinte, que as disciplinas, tinha a Moral e Cívica que era voltada justamente para a história da... né? Mostrar os militares... Eu lembro demais de uma professora, que... da revolução... falava da revolução de 1964, e a gente tinha como revolução mesmo. Não tinha,

realmente a gente não tinha a noção, o olhar crítico. (Estudante 2, entrevista concedida ao autor, 2023).

Se por um lado foi afirmado que não havia possibilidade de se discutir política por um viés mais reflexivo, há um contraponto. Quando falaram sobre os professores do período, a estudante 1 e o estudante 3 ressaltaram a figura do Padre da cidade que além das funções religiosas na cidade, também lecionava na escola e aparece nas memórias, como um dos que realizavam uma tentativa de trazer aos estudantes uma visão mais ampla da sociedade em que viviam. O Estudante 3 afirma que ele trazia reflexões, mesmo que não com o mesmo teor das que viriam a ser possíveis após a reabertura,

Não entendia, confesso, por exemplo, o que tava havendo no Brasil. O que havia no Brasil? A categoria nossa de estudantes não era uma categoria, como é que se diz, era muito pincelada. Você tinha um professor como Padre [...], que ele pincelava, contava e tal, fazia a gente refletir um pouco enquanto pessoa, mas não era tão forte como a gente vê hoje como a gente viu depois que acabou a ditadura militar. (Estudante 3, entrevista concedida ao autor, 2023).

Já a estudante 1 apresenta mais detalhes, afirmando a importância de seu trabalho com a juventude de Cuité para além da escola, promovendo espaço de discussões mais politizadas fora do ambiente escolar:

Padre [...] foi quem, assim... Tudo do colégio, não do colégio, da cidade de Cuité, né? Mas do colégio ele dava todo o apoio a jovens, ele quem criou o clube de jovens de Cuité. A casa dele [...] era os jovens de Cuité, todos os jovens era lá com Padre [...], ali Padre [...] dava uma palestra, Padre [...] falava muito o que era o socialismo, tudo ele conversava muito com a gente sobre essas questões. [...] No Colégio, tudo que o aluno quisesse, ele tava dando apoio, ensinava como se fazia uma pesquisa dentro de uma biblioteca. Tudo isso ele ajudava, tudo. Era uma pessoa que ajudou muito na parte social daqui de Cuité. [...] Mas a gente ouvia, né? Uns assim: “Mas é porque ele é muito comunista”, num é? “Ele é um comunista” (Estudante 1, entrevista concedida ao autor, 2023)

Percebemos aqui, que havia na cidade alguma influência dos discursos anticomunistas, sobretudo as pessoas mais ligadas a atividades comunitárias e sociais. A questão relacionada ao medo de ser taxado como comunista aparece no relato do ex-diretor:

Naquela época, você tinha medo de um professor, tinha medo às vezes até de um aluno quando era assim... mais curioso, entendeu? Porque era um regime que eu vou te dizer uma coisa, você não podia confiar numa pessoa que você não tivesse muita... Podia ser um agente, né? Porque tinha seus adeptos, entendeu? E tem uma coisa, foi rotulado a palavra comunista, que era mesmo que ser um bandido, um estuprador, uma coisa qualquer. Você tinha que comungar em gênero, número e grau com a ideia do regime militar. (Ex-diretor, entrevista concedida ao autor, 2023).

Esse medo do outro que o entrevistado aponta, revela muito daquele contexto, a percepção de como a Ditadura contava com seus apoiadores para manter o seu controle sobre a sociedade, onde não haviam os órgãos da repressão, haviam aqueles que poderiam ser delatores, aqueles que apoiavam o regime, um vizinho, um amigo, um estudante ou um professor. Ainda falando em professores, passamos a outro sujeito importante para o funcionamento do Centro Cívico: o orientador. Este que juntamente com o diretor deveria garantir que as atividades dos Centros Cívicos seguissem as devidas finalidades. Então tal função era conferida a alguém que estivesse alinhado com as pretensões da COMOCI. No relato do ex-diretor é destacado a necessidade de escolhas criteriosas nos professores que vão exercer atividades ligadas à Educação Moral e Cívica e a todo momento é destacado as exigências que haviam de enviar relatórios de

atividades para a Coordenação de Moral e Cívica da Paraíba. Foi evidenciado o papel de dois orientadores, ambos juízes, pois, segundo o ex-diretor, ninguém seria de maior confiança da comissão do que o próprio juiz da cidade. Os dois orientadores foram lembrados de formas diferentes, o primeiro foi descrito da seguinte forma por um dos relatos:

E eu tinha um diretor... um orientador, que era juiz. E eu não tinha direito de opção não. Quem era o orientador do Centro Cívico? Eles não podiam ter uma pessoa melhor, da confiança deles, porque era o juiz da cidade. [...] O primeiro foi ótimo, porque era um juiz bem popular, bem simples, uma pessoa do povão. Então, a gente fez muitos movimentos sociais, aquele bairro ali, no Eucalipto, que era muita pobreza, muita fome. A gente fez campanha de café da manhã, nós fizemos... tinha o prostíbulo, nós trouxemos no final de semana, ele convocou todas as mulheres do prostíbulo para uma reunião no colégio estadual, para ele mostrar os direitos que elas tinham, os deveres que tinham enquanto cidadãos. Então, essas coisas, entendeu? (Ex-diretor, entrevista concedida ao autor, 2023).

Fica evidente na entrevista do ex-diretor, que ao lembrar das experiências vividas e elaborá-las, demonstrou o objetivo de ressaltar que não concordavam com determinadas imposições e o quanto na medida do possível houve tentativa consciente de dar uma outra conotação aos Centros Cívicos, embora não tenham realizado nenhum tipo de ação de confronto.

Mas, é... o objetivo da comissão não era isso não, era bem diferente, mas nós mudamos, eu tenho certeza que nós mudamos, entendeu? (Ex-diretor, entrevista concedida ao autor, 2023).

O ex-diretor relatou que a coordenadora da COMOCI da Paraíba em exercício durante o período aparentava não ser tão rígida, mas apresentava um certo medo e sempre o alertava quanto a algumas ações que poderiam ser interpretadas de forma que pudessem prejudicá-lo:

Tanto que, por exemplo, um movimento que a gente fez de levar alimentação ali para o [bairro do] Eucalipto, ela disse “Pode dar uma conotação”... [Eu disse] “Não dá professora, eles estão passando fome”, [Ela respondeu] “Mas não é assim”, entende? A gente notava nas Entrelinhas que ela tinha medo, ou de perder um emprego ou medo porque realmente eles ameaçavam, era amedrontador. (Ex-diretor, entrevista concedida ao autor, 2024).

O diretor era supervisionado pela COMOCI e os estudantes pelo diretor, juntamente com o orientador. Quanto a esse ponto, a estudante 1 lembrou-se da existência de um orientador que era juiz, já a estudante 2 afirmou não lembrar do orientador, mas destacou o constante contato que o diretor tinha com os jovens, e percebemos a finalidade exclusivamente cultural exercida pelo CCE:

Se era pra supervisionar era [...] o diretor, porque eles, eles... tenho a impressão que... nomeavam alguém da escola, ou professor ou diretor, pra ficar com a diretoria, com o centro cívico, que não deixa de ser uma fiscalização, né? Alguém da escola, aí [...] como diretor, ele era quem ficava sempre tudo era... os finais de semana ele tava com a gente, todas as ações ele tava com a gente participando. Talvez fosse isso, alguém pra que, vamos dizer assim, não desvirtuasse. Porque o Centro Cívico na realidade não tinha esse objetivo de abrir a cabeça de ninguém, assim de ver a coisa criticamente, todo o período que se tava passando, infelizmente não tinha isso. Era justamente aquela coisa só de fazer algo pela escola nesse ponto aí, trazer o aluno, a questão cultural, se movimentar a escola com alguns grupos de teatro e tal... e coisas bem água com açúcar da época. [...] Aí eu acredito isso, que o papel, a presença do próprio diretor da escola já era pra... até pra castrar alguma coisa que passasse dos limites pra época, não deixava de ser. Ele lá observando o que se tava fazendo, se isso era legal, se não era. (Estudante 2, entrevista concedida ao autor, 2023).

Tinha um orientador, que era o próprio diretor que era quem... quem fazia todo esse direcionamento. [...] Não tinha essa margem de “Não, vocês tem que fazer isso, vão ter que fazer aquilo”, não. O Centro Cívico era livre pra ter suas ideias, pra ter seu direcionamento. Vamos fazer o que? Vamos fazer um campeonato de gamão, bora. Não recebia restrição da diretoria quanto a isso, entendeu? (Estudante 3, entrevista concedida ao autor, 2023).

Quando passamos a falar sobre o segundo juiz, que sucedeu o primeiro orientador do Centro Cívico, identificamos um posicionamento diferente nos relatos. Se o primeiro foi relatado como mais “povão”, a descrição do segundo já nos leva a uma impressão de um indivíduo mais rígido, ainda mais alinhado a noção de patriotismo exacerbado:

Mas era mais pra você, era pra inculcar no aluno o amor à pátria, entendeu? Era um amor que não tinha fim e o pior é que eu não tinha esse amor, eu nunca senti esse amor. É tanto que um dia eu fazendo a limpeza lá, eu encontrei umas bandeiras velhas... nacional... e eu disse: “vou jogar fora”. Já era o segundo juiz e ele era ex da Polícia Federal, aí fez um concurso pra juiz e passou. Aí ele [disse]: “Não... não faça isso não, você pegue e faça um pacote, um ofício, vá pra João Pessoa, deixe lá no quartel do exército. No dia 19 tem uma cerimônia e eles queimam no dia da bandeira”, eu disse: “Certo!”, eu vou sair daqui com uma bandeira toda mofada. Quando foi um dia... num sábado, eu tocando fogo numas coisas, eu me lembrei... é agora que ela vai. Pois quando eu tava terminando de tocar fogo, aí queimou, aí aquela parte... a roda, o redondo que tem o ordem e progresso era de um náilon, como se fosse um náilon e você no fogo você via todinho, e eu com um pendão catucando pra desfazer, desintegrar, pra não deixar... Meu amigo, quando eu olho assim, lá vinha ele... “Queimando papel?”... Eu disse: “Tô!”... Quando ele chegou, que ele viu, disse “Mas [diretor], faça isso não, isso é crime!”... Mas tava feito, né? (Ex-diretor, entrevista concedida ao autor, 2023)

A partir deste fato já observamos que este orientador ficou marcado pela sua vigilância, e este aspecto se torna mais evidente quando nos deparamos com o episódio do jornal estudantil. Não havia liberdade, embora pelos relatos eles afirmaram ter uma certa autonomia. Porém, ela estava relacionada apenas às atividades mais cotidianas e recreativas, nada que fosse promover confronto, conforme afirma a estudante 2:

Olhe, na medida do possível sim. Até mesmo pelo que se fazia, que não era para... né? Assim, não ia, como é que eu posso dizer... afrontar o período, porque realmente não... o que se fazia era água com açúcar, porque é aquilo que eu disse a você, a gente... politicamente ninguém tinha a cabeça tão aberta. Mas acredito que, foi numa boa porque em momento nenhum foi esse, num é... esse afrontamento. Só o caso, que acho que você já deve ter ouvido falar, acho que foi em 79 ou foi... bom, acho que no finalzinho [...] Que foi a história do jornal, “O Estopim”. (Estudante 2, entrevista concedida ao autor, 2023).

No final do trecho acima, temos já a menção ao jornal “O Estopim”, que atraiu os olhares da ditadura para a Escola Estadual de Cuité e demonstra como os Centros Cívicos não poderiam se aproximar de determinadas ações. Pois ao se aproximarem de um Movimento Estudantil mais politizado, logo “subversivo”, as marcas da repressão chegaram rapidamente, cerceando qualquer possibilidade de desenvolvimento de ações que pudessem levar a qualquer tipo de reflexão sobre a situação política do país.

Porém, com o fim do período ditatorial em 1985, o Centro Cívico que permaneceu até o ano de 1986, assumiu um papel totalmente diferente dos anos anteriores, com posicionamentos muito importantes para formação de um movimento estudantil organizado. Como discutimos anteriormente, a diretoria de 1986 se mostrou mais consciente politicamente, promovendo

maiores debates sobre questões políticas e históricas. E o relato do estudante 4 nos permite fazer uma ponte entre o início e o fim do Centro Cívico na Escola Estadual:

Na verdade, existia já uma fonte anterior a nossa de alguns alunos que participaram, tiveram participações importantes no movimento estudantil de Cuité [...] mas como eles pegaram realmente o período da ditadura, então isso era muito restrito e muito cheio de repressão. E um meio que eu lembro que eles usaram, isso eu ainda, acho que era estudante do 1º grau, mas era o jornal que criaram na Escola Estadual [...] Eu me lembro que eles trouxeram esse jornal com informativos muito interessantes com uma visão crítica do que se tinha como notícias na época, né? E com base nesse trabalho feito anteriormente, nós também a partir de 86 começamos a fazer, por exemplo, fizemos a assinatura de uma revista chamada Mundo Jovem, que na época era uma revista muito importante, principalmente para estudantes, era uma revista tida com uma revista que batia de frente com o militarismo. E nós fizemos essa assinatura pra deixar a disposição na sede do Centro Cívico que era pra os alunos ter direito a... terem a possibilidade de ler e ter conhecimento de novas propostas, de novas ideias, novas ideologias, né? Inclusive foi um pouco criticado na época, trazer essa revista... Mas era um meio de a gente trazer informações para os estudantes. (Estudante 4, entrevista concedida ao autor, 2023).

O acontecimento envolvendo o jornal “O Estopim” ficou marcado na memória dos entrevistados. Aparecendo tanto nos relatos das representantes do primeiro quanto do último Centro Cívico. Ambos evocaram as memórias acerca daquele evento, de formas diferentes. As primeiras tiveram contato mais direto com o fato, sobretudo a estudante 1 vivenciou o medo e a angústia. Já o estudante 4, faz menção a um movimento estudantil anterior ao seu, apontando como a iniciativa do jornal foi tomada como exemplo para que o movimento do qual fez parte também se mobilizasse para de alguma forma levar informação aos estudantes de seu tempo, no caso com a assinatura da revista. Vale ressaltar que o movimento estudantil mencionado no início do relato não se refere ao Centro Cívico, mas a cuiteenses que estudavam em escolas de cidades mais desenvolvidas.

## 4.2 O Jornal “O Estopim”

No ano de 1979, um grupo de jovens cuiteenses que estudavam em outras cidades, como Campina Grande, João Pessoa, Natal e Mossoró, tiveram a iniciativa de promover um jornal estudantil para circular na cidade. Para isso, contaram com o apoio do diretor da Escola Estadual de Cuité, para fazerem as cópias na escola e distribuírem entre os estudantes, o jornal também circulou em outros locais, não foi distribuído apenas na Escola Estadual. Além da cidade de Cuité, a partir das entrevistas identificamos que foi distribuído também na cidade de Mossoró-RN.

Neste projeto, o Centro Cívico não fez parte da elaboração e não foram os idealizadores, quem produzia os artigos e montavam o jornalzinho eram outros estudantes de escolas de fora da cidade. O CCE teve participação nessa história na medida que caberia a eles realizar a venda e distribuição das cópias do jornal entre os estudantes da Escola Estadual. Além disso, a presidente do Centro Cívico na época e mais uma integrante, justamente as Estudantes 1 e 2, eram justamente irmãs de um dos jovens idealizadores do jornal, ao qual denominamos Estudante 5, responsável por escrever um artigo, que os levou a serem denunciados para a Polícia Federal da Época.

Segundo as memórias do diretor da escola, os estudantes o procuraram para buscar apoio na duplicação do jornal, e ele permitiu que viessem no final de semana para utilizassem o

mimeógrafo da escola, lembrando que a escola era aberta aos finais de semana para as atividades recreativas promovidas pelo Centro Cívico. Uma vez prontas as cópias do jornal, começou a organização para distribuí-las. Ficou a cargo da presidente do Centro Cívico liderar a venda na escola, parte do arrecadado iria para a manutenção do jornal e parte ficaria para o Centro Cívico. Segundo os relatos haviam inúmeras cópias em sua casa, assim como na direção da escola. Conta o diretor, que numa certa manhã, por volta das 6:30 quando costumava chegar à escola para iniciar seu expediente, percebeu um carro diferente estacionado, ele tem em sua memória a impressão de ter visto uma placa da cidade de Guarabira. Afirmou ter pensado inicialmente que seriam vendedores de livros e tratou logo de dizer que a escola não tinha condições de comprar nenhum, porém os três indivíduos que estavam no carro exigiram falar com o diretor.

Ao lembrar da situação, o entrevistado afirmou que sem saber já estava sendo detido, um sujeito ficou no carro e os outros o acompanharam até a direção um na sua frente e o outro atrás. Ao chegarem para a sala da diretoria, foi revelado a ele que se tratava da Polícia Federal. O ex-diretor relatou que estavam ali devido a uma denúncia de que ele, enquanto diretor da escola, estava ajudando um grupo de estudantes a produzir e divulgar um jornal subversivo. Acontece que alguém os denunciou e a Polícia Federal se dirigiu até o Colégio e mantiveram o gestor da escola detido em sua sala por horas, sendo pressionado a delatar todos os estudantes envolvidos para que fossem presos, principalmente o estudante 5, responsável por um dos artigos que mais tinha chamado a atenção. Em seu relato, o gestor da escola afirma que resistiu e não contou, ainda questionou como ficaria sua situação perante as famílias dos jovens caso tivesse contado, pois afirmou com certeza que o objetivo dos sujeitos era prendê-los:

Mas o objetivo deles era eu ir na casa de 7 ou 8 estudantes daqui e apontá-los para poder eles levarem presos, e eles queriam a todo custo que eu mostrasse, desse a eles um jornal e eu dizendo que não tinha, que não tinha, só que no meu birô, as gavetas o que mais tinha era jornal. (Ex-diretor).

O educador relata sobre as horas de angústia e de medo que passou, receoso de abrirem as gavetas de sua sala e encontrarem cópias e mais cópias do jornal, quando ele dizia não ter nenhuma. Medo, um sentimento citado em todos os relatos. Em um determinado momento, quando foi ao banheiro, conseguiu se comunicar com a secretária da escola para que tentassem se livrar das cópias do “O Estopim” que estivessem espalhados pela escola. O que nos leva a questionar um ponto importante, o que havia no jornal? Segundo o ex-diretor, em uma entrevista realizada no ano de 2017, disponibilizada no documentário que utilizamos como fonte, ele afirma que não havia nenhuma citação sobre a ditadura, entretanto essa afirmação entra em contradição com os outros relatos colhidos para este artigo:

Aí você me pergunta, tinha alguma coisa que falava de governo, de regime? Não, tinha nada. Mas era justamente a força do poder militar da época. Na realidade o jornal não foi feito pelos alunos da escola, foi feito pelos alunos de fora, mas com apoio nosso. (Ex-diretor, relato do documentário, 2020)

Porém, na entrevista realizada em 2023 ele já conta a história de uma forma diferente, desta vez ao invés de afirmar que não havia nenhuma matéria, ele dá indícios de que havia algumas menções a questões políticas, ainda que não tão elaboradas:

Era coisas leves, muito leves, entendeu? Falava-se da educação, um pouco da educação da época, falava também do regime político assim de uma forma muito discreta, sem se aprofundar e contar a verdade. Eu sei que fizeram esse jornal e me procuraram na escola pra rodar, fazer a duplicação. (Ex-diretor, entrevista concedida ao autor, 2023).

Inclusive, na entrevista realizada em 2023, o ex-diretor trouxe a tona o que teria sido a capa, que embora não possamos vê-las, podemos ter um norte para imaginá-la. E percebemos que a capa e o nome O Estopim, já foi pensado como forma de crítica a alguns acontecimentos envolvendo a cidade de Cuité:

O campo ali, tinha sido doado por um dos Simões, e houve a valorização e como não tinha documento nenhum de doação, a família cercou o campo, então deixou de ser campo e colocou gado até lá dentro. Então, lá vem e aparece “O Estopim”. A capa do Estopim era justamente o campo, muito mal feito por sinal, o desenho. O campo cercado, umas vaquinhas, e um estopim, uma bomba e uma cordão bem comprido lá da ponta chiando. E eles chegaram: a gente tá aqui com um jornalzinho, e a gente não tem onde rodar, a gente pode rodar aqui? Eu disse: pode. (Ex-diretor, entrevista concedida ao autor, 2023).

Independente do teor do conteúdo que existia no jornal, esse acontecimento ficou marcado na memória como um exemplo de repressão e ausência de liberdade de expor qualquer tipo de pensamento durante o regime militar:

Tinha, coisinhas leves. Mas o regime era tão opressor, eu chamo até de maligno, entendeu? Pequenas coisas, só de dizer que eu não gostava do presidente Médici já era muita coisa. [...] Não existia liberdade, a verdade era essa. Não tinha liberdade de nada, entendeu? (Ex-diretor, entrevista concedida ao autor, 2023)

A Estudante 2 primeiro fez uma avaliação que não tinha nada demais que justificasse uma repressão, embora em seguida afirme que o jornal trazia algumas reflexões políticas sobre a época e já adianta o desfecho da história, as marcas do medo causado pelas ameaças sofridas pelo ex-diretor foram tamanhas, que não demorou e no mesmo dia os jornais foram queimados:

Isso foi uma coisa fora de série, que a gente depois... mesmo no período, que a gente [se perguntava] “por quê?”, né? Porque realmente não tinha, o jornal não tinha nada demais, só as notícias, o que tava acontecendo no mundo, em alguns países. Agora claro, no caso, para um estudante vê aquilo, o estudante vai aprender, vai sei lá... tá sabendo que o país é assim e que outros são democráticos, tem uma democracia e tal. Mas... pra hoje a gente vendo e pra época também, não tinha... foi só aquela história, que é de esquerda, né? Aquele boi de fogo todo e queimou os jornais, que era pra gente ter ficado (risos)... guardado, [não sobrou] nenhum, a gente não dá nem notícia, mas também... 40 anos já. (Estudante 2, entrevista concedida ao autor, 2023)

A Estudante 1, mais envolvida por ser a presidente do Centro Cívico, lembrou-se de mais detalhes, como o título da matéria que mais chamou a atenção:

O Estopim foi criado... e eles já faziam as matérias de tudo de Cuité, do que fosse de água, disso, daquilo, tudo eles botavam, assunto geral. Aí foi quando [meu irmão] fez a matéria “Brasil 14 anos depois”, né? Quando [ele] botou, aí pronto, porque essa mesma matéria ele fez no jornal O Mossoró, aí ele fez a matéria pra cá, aí era o título do jornal era: Brasil 14 anos depois. Aí foi quando veio... E eu com esses jornais em casa e eu só tinha entregue três exemplares [...] (Estudante 1, entrevista concedida ao autor, 2023).

Neste trecho já tivemos uma versão diferente, a confirmação que havia uma matéria que falava diretamente sobre o regime militar, intitulada “Brasil 14 anos depois”, num tom de crítica, acrescentando uma peça que faltava no primeiro relato do ex-diretor. A partir do relato do estudante 5, a que tivemos acesso a partir de uma entrevista realizada pelo historiador Victor da Rocha Silva Junior para um projeto anterior, percebemos que este afirmava não se lembrar de tantos detalhes do acontecido, quem forneceu mais detalhes foi sua irmã, a estudante 1, a quem vivenciou a angústia de correr para queimar os jornais que tinham em sua casa. Quanto

ao relato do estudante 5, destacamos que ele foi o escritor do referido artigo, mas não estava na cidade quando da chegada da Polícia Federal, porém em consonância com os outros relatos destacou que foi o juiz da cidade o responsável por realizar a denúncia, evidenciando seu perfil conservador e reacionário:

Só que na época tinha um juiz aqui reacionário, extremamente reacionário. E ele é quem se incomodou, porque feria os princípios anticomunistas dele e princípios ultra-conservadores, o que é estranho porque normalmente um juiz não se pronuncia se não há uma acusação [...]. Mas ele era de tal modo que não sei como descobriu, viu, leu, sei lá, viu na mão de alguém e se incomodou e então ele quem desencadeou tudo isso, mas eu só vim de fato a saber disso com certos detalhes depois quando cheguei aqui. E quer dizer, nem soube todos os detalhes, porque as pessoas tinham um pouco de medo de falar. (Estudante 5, entrevista concedida a Silva Junior, 2022).

Este posicionamento é reforçado quando o ex-diretor afirmou que o referido juiz que era o orientador do Centro Cívico, foi um ex-agente da Polícia Federal, e dias antes havia feito um alerta:

Só que o orientador, como eu já disse era [...] o juiz e era orientador ao mesmo, ele teve conhecimento na rua, na cidade, do jornal O Estopim, não foi na escola. Eu me lembro que uma noite ele chegou e disse: “Você tem conhecimento do jornal O Estopim?”, eu disse “Tenho”, e ele disse “Foi feito aqui na escola?”, eu fui e contei a história de como teria sido e ele me alertou, me lembro que ele disse: “Tenha cuidado, não se envolva porque é um jornal subversivo”, tudo era subversivo, entendeu? [...] Eu sei que a divulgação seria feita no dia seguinte e de 6:30 quando eu cheguei lá na escola, eu chegava muito cedo, já tinha um carro parado, eu me lembro do carro que a placa era de Guarabira e tinha três homens. [...] Eu não tenho outra pessoa, que foi a pessoa que me alertou, entendeu? Inclusive de noite, eu acho que eu tava pálido e ele veio “Tá doente?”, eu disse “Tô não”, ele disse “Eu soube que a polícia federal... eu num disse a você que tivesse cuidado?” [...] Eu num tinha outra pessoa, até porque ele era juiz e ele era ex-agente da Polícia Federal [...] (Ex-diretor, entrevista concedida ao autor, 2023).

Não há nenhum documento oficial sobre este caso, nada que comprove quem promoveu a denúncia, mas o orientador do Centro Cívico ficou marcado na memória de todos os entrevistados como o único possível precursor deste episódio:

Mas na época foi só um juiz que era professor da escola que fez o boi de fogo, sabe? Ele fez todo o movimento... A história do jornal foi ele [...] Acho que foi ele [...]. Eu sei que fizeram o maior movimento e foi queimado esses jornais, porque era a polícia federal era num sei quem... e a gente sem entender a causa, achando muito comum e muito bom o jornal pra ver as notícias. (Estudante 2, entrevista concedida ao autor, 2023).

Sobre essa questão do juiz, percebemos o quanto a Ditadura não contava apenas com os órgãos de inteligência e de repressão para garantir seu controle em todas as partes do país, contava também com os seus apoiadores civis, os delatores, as pessoas do cotidiano que não mediriam esforços para denunciar os “comunistas” a sua volta pelo “bem da nação”, como o referido juiz, que pode ter sido o responsável pela denúncia contra os estudantes, a possível ponte para levar os mecanismos da repressão até a escola, esse tipo de pessoa do passado são as mesmas que no presente pedem a volta da Ditadura, são as mesmas que recordam com saudosismo dos tempos de repressão.

Conta o ex-diretor, que foi liberado depois de muitas horas, mas sob ameaças de que “O Estopim” não deveria circular, e um tempo depois o possível delator veio conversar com ele para reforçar que tinha feito o aviso para tomar cuidado, como quem falava: “eu não disse?”.



Segundo a estudante 1, ela estava trabalhando quando foi comunicada do que aconteceu, logo correu para colocar fim aos jornais, tendo distribuído apenas três e hoje permanecem apenas nas memórias:

Lá vem [o ex-diretor] nas carreiras, nesse tempo eu trabalhava, saí nas carreiras do armarinho pra casa, que eu morava nessa época na 25. Aí tem umas bacias de zinco que ainda tem na feira. Lá eu fui botar esses jornais dentro de um banheiro, dentro de uma bacia de zinco pra queimar tudinho. [...] Aí acabou, de noite mesmo. Que era de noite pra eu levar pro Colégio, de noite que eu ia fazer o frevo. [...] Os meninos fizeram outra [versão do Jornal] mas nós não chegamos nem perto, com medo. (Estudante 1, entrevista concedida ao autor, 2023). (Estudante 1, entrevista concedida ao autor, 2023)

A polícia veio determinada a prender os estudantes, o que ficou marcado na memória como uma demonstração da força e do poder militar da época. Os jornais foram queimados e até hoje ninguém conseguiu encontrar uma cópia, mas conseguimos acesso ao jornal através das memórias dos envolvidos no evento, mesmo que tais memórias não sejam garantia de um acesso fidedigno ao “Estopim”, ainda nos permitiram acessar esse passado por meio de impressões e leituras que os sujeitos envolvidos no processo relatam acerca do evento, podemos perceber as marcas deixadas por este acontecimento e como cada um dos indivíduos elabora essas memórias acerca desse passado.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando os Centros Cívicos na Escola Estadual de Cuité ao longo deste trabalho, compreendemos a importância das memórias para a construção do saber histórico, ao nos deparamos com a ausência de registros e documentos escritos nos arquivos da escola, nossa análise se baseou nas memórias de indivíduos como fonte principal. Tivemos acesso aos Centros Cívicos a partir dos relatos dos sujeitos, carregados de subjetividade e muito ricos para a compreensão da relação entre passado e presente, e para a construção de uma Memória Ativa da Ditadura Civil-Militar, sobretudo quanto a área da educação. Levando em consideração as características que distinguem o que é história e o que é memória, entendemos o quanto as memórias são marcadas pela ligação com emoções e afetos, e como elas nos permitem o contato com a forma que os indivíduos elaboram seu passado e revelam suas percepções acerca daquilo que viveram. Notamos que nos relatos nunca é apresentado o passado em sua totalidade e dissociado do presente. Tanto a História como a Memória nunca conseguiram fechar uma narrativa por completo, sempre será possível voltar ao passado com novos olhares, novas perspectivas.

Ao longo das entrevistas analisamos como os indivíduos mobilizam toda uma gama de conhecimentos e visões de mundo que adquiriram ao longo da sua vida e a partir disso que elaboram seus relatos do passado. Esse aspecto fica evidente, por exemplo, nos momentos em que o ex-diretor comparou a energia e as atitudes da juventude de seu tempo e dos estudantes do presente, ou como o estudante 3 a todo momento comparava as ações do Centro Cívico com as do Grêmio Estudantil formado posteriormente, empreendendo uma crítica as suas próprias ações, críticas feitas a partir de sua mentalidade no momento da entrevista que já não era a mesma daquela dos seus anos de escola.

Há uma ampla possibilidade do trabalho com as memórias que não se encerram com este trabalho, pelo contrário se abre aqui portas para outras perspectivas de pesquisa. Há

questões que não foram apresentadas nos relatos e que podem ser aprofundados em trabalhos posteriores. Nos detivemos sobretudo a entender questões relacionadas a Educação Moral e Cívica e a atuação dos Centros Cívicos, e como essas questões se revelaram dentro do contexto educacional do município de Cuité-PB. Mas há outras áreas que podem ser abordadas a partir daqui, como por exemplo a questão religiosa, alguns entrevistados citaram a relação com um padre da cidade que também era professor, que inclusive a atuação desse padre já foi trabalhado anteriormente pelo pesquisador Victor da Rocha Silva Júnior e esse ponto pode suscitar a possibilidade de se estudar o papel da Igreja Católica em relação a educação e a política local em diversas cidades do interior dos estados.

Consideramos que nosso trabalho alcançou os objetivos propostos, trazendo contribuição no âmbito da História da Educação na Ditadura Civil-Militar, a partir de um recorte da História local do município de Cuité-PB. Entendemos o quanto o período da Ditadura deixou marcas de retrocesso na educação, em contrapartida escolas foram criadas nesse contexto. A fundação da Escola Estadual de Cuité se deu no período e representou um importante avanço para a cidade de Cuité, que passou a contar com o 2º Grau, possibilitando aos estudantes do município e vizinhos terem acesso a mais uma etapa do ensino em uma escola pública. Mas a escola sofreu as dificuldades da época, seu funcionamento foi impactado pelo modelo de educação que a Ditadura propagava, os estudantes e funcionários da época contaram com recursos limitados, como a falta de merenda para todos, bem como de materiais didáticos, e também como a censura de conteúdos e em alguns casos até a repressão ao direito de expressarem suas opiniões, como ficou explícito no caso do jornal “O Estopim”.

Quando estudamos os Centros Cívicos, percebemos o quanto a ideologia da Educação Moral e Cívica era primordial para a sustentação e legitimação do Regime ditatorial. Foram criados esses espaços extraclasse justamente para reforçar aquilo que era trabalhado na disciplina, promover esse culto a pátria, bem como estimular uma participação estudantil policiada. Mas, em contrapartida, os Centros Cívicos na Escola Estadual de Cuité se revelaram um importante espaço que promovia lazer a juventude cuiteense em um tempo em que não havia muitas possibilidades e que também promovia um elo entre comunidade e escola, quando promovia ações sociais em bairros carentes da cidade, revelando a escola enquanto um ambiente de sociabilidade, onde o saber é construído de forma viva. Porém, por mais que nas aparências os estudantes tivessem autonomia e liberdade nas ações, quando se aproximaram de uma ação política mais reflexiva, como no caso da divulgação do jornal “O Estopim”, a escola teve contato com a repressão, e isso ficou marcado nas memórias de quem viveu.

O episódio do jornal “O Estopim”, embora sem registros documentais, é um exemplo de como havia perseguição a classe estudantil, mesmo distante dos grandes centros e de como os Centros Cívicos não tinham tanta liberdade, pois eram tutelados. Inclusive a figura do orientador do CCE foi apontada como possível delator neste caso, o que nos levou a conclusão de que a Ditadura embora não tivesse órgãos da repressão em todas as cidades, contavam justamente com aqueles que a apoiavam para ampliar sua vigilância, daí o medo que o ex-diretor relatou ao longo da entrevista, de que qualquer pessoa poderia ser um agente da Ditadura e que era preciso medir as palavras.

Em 1985 a Ditadura chega ao fim, e em 1986 o Centro Cívico tem sua última diretoria, com uma mentalidade estudantil diferente, mais aberta, possibilitada pelo próprio contexto da reabertura. A partir de então, houve espaço para a formação de um Grêmio na Escola Estadual de Cuité, em 1987, encerrando nosso recorte temporal, mas abrindo portas para o prosseguimento das pesquisas relacionadas ao movimento estudantil cuiteense dentro do contexto de reabertura democrática, sendo importante inclusive a problematização de como se deu a

transição para a nova democracia. A partir daqui podemos ainda trazer outras perguntas, por exemplo, questionar como a mentalidade estudantil se transformou após a Ditadura, como foi a implantação do Grêmio Estudantil na Escola Estadual, em que tipos de ações os estudantes passaram a se envolver, bem como expandir o recorte espacial dessa pesquisa e estudar os Centros Cívicos em outras cidades, ou comparar as diferentes formas de implantação adotadas em cada estado. Portanto, concluímos que este trabalho, embora tenha atingido seus objetivos específicos, também cumpre o objetivo de qualquer trabalho acadêmico de não encerrar o debate, mas suscitar novas perguntas, de possibilitar outras problematizações de modo a contribuir para uma construção viva do conhecimento histórico, sobretudo da Ditadura, um passado que precisa ser elaborado de maneira ativa e crítica para que não se repita.

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Fontes orais: histórias dentro da História. In. PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2.ed., 1ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2008, p. 155-202.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Violar memórias e gerar a história. In. **História – a arte de inventar o passado: ensaios de teoria da história**. Curitiba: Editora Appris, 2019, p. 227-238.

AMADO, Janaina. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em História Oral. **Revista História**. São Paulo, 14, p. 125 – 136, 1995.

BRASIL. **Decreto-Lei nº68, de 14 de janeiro de 1971**. Regulamenta o Decreto-Lei, nº 869, de 12 de setembro de 1969, que dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades dos sistemas de ensino do país, e da outras providências. Brasília: Presidência da República (1971). Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/atos/decretos/1971/d68065.html](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/atos/decretos/1971/d68065.html)> Acesso em 01 de mar. de 2024.

CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr de. **O Golpe na Educação**. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.

CAVALCANTI, Valesca Marques. **Família, política e propriedade fundiária: os dilemas da herança entre membros da elite no município de Cuité (PB)**. 2019. 177 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Centro de Humanidades, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2019.

DOCUMENTÁRIO OVS – Juntando as peças da sua história. Direção: Eduardo de Farias; Fafá Dantas. Facebook, 27 de jun. de 2020, 26 min. Disponível em: <https://www.facebook.com/100002716094863/videos/2625756994191478/>. Acesso em: 25 de jul. de 2022.

SILVA, Joelma Tito da. **Memória, história e historiografia**. Trajetos Revista de História UFC, Fortaleza, v. 5, n. 9/10, p. 295-298, 2007. Resenha da obra de: CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Quareto, 2001.

FICO, Carlos. **História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis o caso brasileiro**. *Varia história*, Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, p. 43-59, jan/jun 2012.

LIMA, José Zito; SOBRINHO, José Pereira; ARAÚJO, Israel da Silva. Educação: memórias, fatos e representações. *In: GRAPHIC. Nossa terra, nossa gente: tópicos históricos sobre o município de Cuité.* Cuité- PB: MC² E-diction, 2020.

GONDIM, Amanda Marques de Carvalho; DA COSTA, Alexsandro Barbosa. A Educação Moral e Cívica no Brasil durante a ditadura: poder e resistências. **Foro de Educación**, v. 17, n. 26, p. 153-173, 2019.

GUILHERME, Karina Clécia da Silva. **Ditadura Militar e Educação: Análise do Centro Cívico Escolar (1971-1986)**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, p. 165, 2011.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Trad. Bernardos Leitão. 5 Ed. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2003.

MARQUES, Crisólito, ARAÚJO; Israel da Silva; GOMES, Maria Verônica de A. Nossas raízes, nosso espaço: situando e comentando nosso passado. *In: GRAPHIC. Nossa terra, nossa gente: tópicos históricos sobre o município de Cuité.* Cuité- PB: MC² E-diction, 2020.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. História, memória e tempo presente. *In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). Novos domínios da história.* Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 21-36.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro.** São Paulo: Contexto, 2014.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, v.2, n.3, p.3-15, 1989.

PEREIRA SOBRINHO, José Pereira. **Cuité em detalhes.** Edição particular, 2008.

SANTOS, Auristela Rodrigues dos. **Reforma de ensino de 2º grau na conjuntura histórica da ditadura civil-militar (1965-1985): um estudo sobre as representações discursivas da lei nº 5692/71.** Dissertação de Mestrado – UFPB. João Pessoa, p. 112. 2018.

SOUSA, Maryana Gonçalves. **Ensino de história, civismo e poder disciplinar: a interiorização do golpe civil-militar de 1964 na Bahia.** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe, 142 f, São Cristovão, 2021.

SELIGMANN-SILVA, Márcio; POCHAPSKI, Gabriel. “Precisamos mostrar o terror que foi a ditadura”: Entrevista com Márcio Seligmann-Silva. (Entrevista concedida a Gabriel Pochapski). **História da Ditadura**, 9 mar. 2022. Disponível em: <<https://www.historiadaditadura.com.br/post/precisamosmostraroterrorquefoiaditaduraentrevistacommarcioseligmann-silva>>. Acesso em: 28 de fev. de 2024.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus pelo dom da vida e pela oportunidade de chegar até aqui.

Agradeço ao meu pai Flaviano, minha mãe Arisângela, meus irmãos, tios, avós e todos os meus familiares pelo apoio durante a minha jornada acadêmica, em especial meu padrinho Antônio, Márcia, minha prima Olívia, minha tia Rosiane e minha prima Gabriela.

Meus orientadores, a professora Alana de Moraes que acreditou em mim e me incentivou a desenvolver esta pesquisa e o professor Adilson Filho que aceitou fazer parte da orientação deste trabalho e me deu a oportunidade de participar de seu grupo de estudos.

Aos professores de excelência que tive a oportunidade de conhecer ao longo do curso e que contribuíram para minha formação acadêmica, os professores Talita, Allan Kardec e Patrícia Aragão, que tive a oportunidade de ser monitor.

Aos meus amigos de Cuité por todo o apoio, Rafael, Rafaela, Sabrina, Jonathan, Raiana, Ludmilla, Hiago, Luana, Margareth, Giorgianna, Osmael e tantos outros. Os meus amigos de curso que tornaram mais leve a jornada acadêmica, Maíra, Magdyele, Matheus, Thaís, Rafa, Juliane, Ana Carolina, Ana Vitória, Maria Clara, Vitória Gabriela, José Yan, Glauber, meu amigo Victor Rocha, que me forneceu uma das fontes para o desenvolvimento deste trabalho e todos os outros que não pude listar, mas que dividiram comigo muitos momentos de aprendizado e companheirismo ao longo do percurso.

Por fim, agradeço ao professor Charliton que ainda no começo da minha graduação me apresentou alguns nomes a serem entrevistados e me apontou algumas questões a serem problematizadas, aos entrevistados que aceitaram participar desta pesquisa, a direção da Escola Orlando Venâncio dos Santos, a Coordenadora Administrativo-Financeira Lúcia Lucas pelo apoio na busca por arquivos da escola, e meus professores do ensino fundamental e médio, em especial as professoras Tuany e Fafá que desenvolveram junto comigo um documentário que viria a ser o ponto de partida para este Trabalho de Conclusão de Curso.